



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 125

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE OUTUBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 125

119ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 12

Dep. Douglas Fabrício 14

Dep. Elio Rusch 14

Dep. Fernando Scanavaca 15

Dep. Professor Lemos 16

Dep. Felipe Lucas 18

Dep. Ney Leprevost 19

Grande Expediente:

Dep. Valdir Rossoni 19

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 12

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 23

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 24

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 26

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 29

Discussão/Votação

3ª Discussão 29

2ª Discussão 29

1ª Discussão 30

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão 32

Publicações:

Atas de Comissões

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 32

Segurança Pública..... 32

DIÁRIO Nº 125

119ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

20 DE OUTUBRO DE 2009

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Duílio Genari, Mario Roque e Osmar Bertoldi (03).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Luiz Nishimori e Péricles de Mello (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 1357/GS/SEPL do Sr. Enio José Verri, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando o Demonstrativo das Alterações da Despesa ocorridas no 3º trimestre de 2009. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 456/09/AG Governo do Estado do Paraná, do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Agência do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros, no valor total de R\$ 701.181.43 (setecentos e um mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), destinados ao Estado do Paraná, referente às parcelas dos Contratos de Repasse nºs 226.011-09 e 226.006-35. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL 000550/09 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto à Universidade Estadual do Oeste do Paraná com o objetivo de conceder assistência financeira visando apoiar o Desenvolvimento de Projetos Educacionais que tem por escopo a promoção, a ampliação do acesso e a permanência, na universidade de estudantes de baixa renda e grupos étnicos diversificados, particularmente, profissionais da educação sem formação específica de nível superior, mediante a oferta de cursos de formação inicial ou continuada de professores indígenas, professores de educação

do campo e professores afro-descendentes ou que atuem na educação para as relações étnico-raciais, no âmbito da educação básica. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 596/09

Curitiba, em 20/10/09.

Senhor Presidente:

Venho pelo presente justificar a V. Exa. minha ausência na Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa desta terça-feira, dia 20 de outubro, por estar acompanhando, como Presidente da Comissão de Educação e Cultura desta Casa, a realização da Conferência Municipal da Cultura do Litoral do Paraná, em Pontal do Paraná, na data de hoje.

As conferências municipais funcionam como etapas preparatórias para a realização do evento estadual de novembro e para a II Conferência Nacional da Cultura, em Brasília, nos dias 11 a 14/03/10.

Atenciosamente,

(a) PÉRICLES DE MELLO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 905/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (um) Posto do Instituto Médico Legal - IML no Município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (um) Posto do Instituto Médico Legal - IML no Município de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação, objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Maringá.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 906/09

SÚMULA:

Sugere ao Governo do Estado do Paraná a constituir um Grupo De Trabalho que estude e elabore a proposta de instituir a política estadual de serviços ambientais e implantação do programa estadual de pagamento de serviços ambientais no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sugere ao Chefe do Poder Executivo Estadual constituir, via decreto, um grupo de trabalho, composto por representantes das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e da Fazenda (SEFA), do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), do Instituto das Águas do Paraná (IPAGUAS), do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), do Conselho

Estadual do Meio Ambiente (CEMA), do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/PR), do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF), Procuradoria de Proteção Ambiental e outros Interesses Difusos, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), do Batalhão da Polícia Ambiental - Força Verde (BPAmb-FV), bem como eventuais outros, para os fins de elaborar estudos e propor uma minuta de normatização para se implementar uma política estadual de serviços ambientais, com um programa estadual de pagamento por serviços ambientais no Estado do Paraná.

O objetivo do grupo de estudos é aprofundar os trabalhos já efetuados ou em andamento, de forma fragmentada, por membros de órgãos estaduais, assim como de outros entes da federação e entidades privadas, para implantar ações do Estado, para uma política formal de serviços ambientais bem como a elaboração de uma minuta de norma do programa estadual de pagamento dos serviços ambientais, inclusive com a previsão de fundo estadual para tais finalidades, com respectivas fontes de financiamento.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) ELTON WELTER

JUSTIFICATIVA:

A natureza exerce um papel fundamental ao disponibilizar recursos naturais essenciais à vida humana. Os serviços ambientais, embora essenciais, nunca foram incluídos nas possíveis rendas geradas por uma determinada propriedade, talvez porque os serviços prestados pela natureza nunca foram notados vez que sempre eram disponíveis em abundância. Porém, hoje, chegou-se a um nível de degradação ambiental significativo e a preservação destes recursos, mormente os hídricos, assim como de florestas, é vista como perda financeira em propriedades privadas, a ponto de levar muitos deles à escassez iminente.

Ultimamente, no âmbito do Estado do Paraná, assim como nos demais Estados brasileiros, bem como no Governo Federal e no Congresso Nacional, através de iniciativas de governos, instituições públicas e organizações não-governamentais, além de pesquisadores com estudos acadêmicos, têm se debruçado no desafio de promover o desenvolvimento sustentável. E na busca por alternativas de desenvolvimento surge o conceito de pagamento por serviços ambientais.

Um programa de prestação de serviços ambientais viabiliza a conservação de recursos naturais, hídricos e florestais, entre outros, enquanto opção econômica. A ideia básica é remunerar quem preserva, direta ou indiretamente, o meio ambiente. Pagar uma determinada quantidade de dinheiro a quem troca a exploração econômica com degradação dos recursos naturais, por outra alternativa econômica, com menor ou nenhuma rentabilidade, senão a contraprestação por ser um preservador de recursos naturais, de forma que a preservação do meio ambiente ser mais lucrativa do que sua destruição.

Isso exige a adoção de políticas públicas e investimentos em preservação da natureza, cujo custo deve ser assumido por toda a sociedade.

O crescimento da demanda por alimentos e biocombustíveis irá pressionar cada vez mais a agricultura e o pagamento dos serviços ambientais do setor poderá ser a garantia de práticas sustentáveis. A alternativa é apontada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no relatório O Estado Mundial da Agricultura e Alimentação 2007, divulgada ainda no ano passado.

Para tanto, sugere-se a criação deste grupo de estudos proposto nesta indicação, para iniciar-se um trabalho de parceria entre diversos órgãos do Governo do Estado, e que deverá resultar em uma proposta de norma necessária para ter-se um marco legal, com a devida regulamentação para que o pagamento por serviços ambientais possa acontecer em nosso Estado.

A Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, do Governo Federal, trabalha com o programa denominado Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), como uma espécie de iniciativa piloto de contrapartida por serviços ambientais destinados para quem atua na Amazônia.

Outras iniciativas podem ser consultadas, como a do Estado de Santa Catarina, que resultou no projeto de lei de iniciativa do Executivo daquele ente federativo, em anexo, depois da implantação de um grupo de trabalho na forma ora proposta.

Nesta Assembleia Legislativa, tramita o Projeto de Lei nº 543/08, de iniciativa deste Parlamentar, o qual, uma vez aprovado, poderá ser regulamentado pelo Executivo através das conclusões do grupo de trabalho ora sugerida para ser implantada, através de decreto deste Governo.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência na Sessão do dia 19 do mês de outubro, devido a compromissos na condição de Presidente da Comissão de Saúde, com a Associação Médica para tratar da luta pela regulamentação da Emenda 29.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 5087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias realizadas nos dias 13 e 14 de outubro do corrente ano, em virtude de compro-

misso parlamentar assumido no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 5092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Iron dona Oliveira Camargo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Italia Leguenza, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5094

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Batista Stavski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Firminio da Silva Neto, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5096

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Juliano Gomes da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

REQUER voto de pesar pelo falecimento de Kong King Chi, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5098

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lauro Trentin, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5099

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Leandro Marques Bazzoun, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Levi Martins, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marcelo de Jesus de Mattos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria de Lurdes Ramunski de Deus, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de

Maria Nilda Delinski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marlene Ribeiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5105

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Olivia Dias dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5106

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pablo Matheus Sofiste Cristiano, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Paulo Cesar Ribeiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedro Arilio Borges, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário,

REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedro Solda, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5110

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rubens Furquim, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sidnei Maria Vogler, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5112

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdemiro Gowdak, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdir Olegário Cheraiber, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5115

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Valdomira Turoski Grusko, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.
(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5116

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Vilma Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aline Santos Ruppel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Inácio Cardoso, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5119

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Pires, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Augusto Kiçana, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Castorina Fonseca Pontes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5122

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Clara dos Santos Pereira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5123

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cleonice Hilgemberg Gomes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5124

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Elcio Cordeiro de Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5125

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marlene Aparecida Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Francisco Fernandes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5127

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Hélio Aparecido Saveli, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Hamilton Trivelato, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5075

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Campo do Tenente pela passagem, no próximo dia 29/10/09, de seus 48 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Celson Wenski, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Jorge Luiz Queje bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Campo do Tenente.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande honra que nos dirigimos a toda a população do Município de Campo do Tenente, nesta significativa data da comemoração de seus 48 anos de emancipação política.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo de Campo do Tenente é que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores estão dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

Pois, o desafio diário reside na conciliação entre necessidades públicas, entidades basicamente como a prestação de funções e de serviços públicos para a população municipal. É, neste contexto de competição e de dificuldades que a Administração Municipal, através do Sr. Prefeito, do Vice-Prefeito e Vereadores, torna-se ferramenta chave para a resolução dos problemas da população.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se orgulhoso em parabenizar as autoridades constituídas do Município e a população em geral, pelo transcurso de seus 48 anos no próximo dia 29/10/09.

REQUERIMENTO Nº 5076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Antonio Olinto pela comemoração, no próximo dia 24/10/09, de seus 48 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Ambrósio Soares da Veiga, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Vilmar Ricardo Bech bem como a todos os Srs. Vereadores para

que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No transcurso da significativa data da comemoração dos 48 anos de emancipação política do Município de Antonio Olinto, associamo-nos às justas manifestações de júbilo de toda a população augurando prosperidade e muito sucesso.

Através desta proposição, queremos prestar a nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que de uma forma ou de outra, continuam dando sua parcela de contribuição para o engrandecimento do seu Município e o bem estar de sua gente.

Parabizamos todos os que congregam os mesmo desejos de evoluir e alcançar novos horizontes, através de um trabalho sério voltado aos interesses da população. Pois, o trabalho que vem sendo desenvolvido pela administração de Antonio Olinto é essencial ao seu crescimento.

Ao contentamento do povo honesto e trabalhador de Antonio Olinto, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar como representante do povo, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 5077

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que fique registrado para a posteridade na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal Tribuna do Paraná, pela passagem de seus 53 anos de fundação.

Requer, outrossim que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Paulo Pimentel, Presidente e fundador do jornal, para que receba e transmita aos demais diretores, jornalistas e colaboradores.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Exatamente, sábado, último dia 17 do corrente, o Jornal Tribuna do Paraná, completou 53 anos de fundação.

Fundar um jornal é instalar um farol. Com efeito, qual é o destino do farol? Alertar sobre o perigo do navio que singra os mares, ou mostrar-lhe a rota a seguir. Assim, o jornal Tribuna do Paraná, mostra a população os seus perigos que o ameaçam, ao mesmo tempo em que aconselha na orientação à seguir.

Grande é pois, a responsabilidade que o jornal assume perante o público leitor. Alavanca de opinião deve o jornal cercar-se de cuidados, para que a opinião pessoal de seus redatores não venha influir de um modo maléfico sobre o leitor.

O jornal Tribuna do Paraná é o farol a espancar as trevas e é a alavanca a impulsionar o progresso.

O jornal é sem dúvida nos tempos modernos, a maior força que a mão do homem já empunhou. A comunicação com o público tem seus métodos e características próprias. O jornal tem para com seu público deveres que o inibem de descambar para o sensacionalismo. Órgão essencialmente informativo, a ele cabe colocar seus leitores a par dos acontecimentos sem deturpar. Daí decorre grande responsabilidade que pesa sobre o Dr. Paulo Pimentel e seus auxiliares.

Não é sem razão que a imprensa é considerada o quarto poder. Sentinela vigilante, a ela compete fiscalizar os atos daquele que mantém uma parcela do poder público. Não é somente fiscalizar, mas alertar os governantes para os perigos que significam tais ou quais atos de seus propositos.

Que todos os diretores, jornalistas e auxiliares do jornal Tribuna do Paraná, se inspirem no Dr. Paulo Pimentel, são os desejos deste Parlamentar.

REQUERIMENTO Nº 5079

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Antonio Olinto pelo transcurso, no próximo dia 24 de outubro, de seus 48 anos de emancipação política.

Requer, igualmente, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Ambrósio Soares da Veiga, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do Município de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Antonio Olinto que no próximo dia 24/10/09 estará comemorando 48 anos de emancipação política, queremos expressar os novos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 48 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste Município.

REQUERIMENTO Nº 5090

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária, do dia de hoje, de efusivas congratulações à Paróquia São Luiz Gonzaga, de Pato Bragado, pela pas-

sagem dos 40 anos de sua fundação, festivamente comemorada no último domingo, dia 18 de outubro.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se seja dada ciência da mesma à paróquia homenageada, via correspondência a ser encaminhada ao Padre Mauro Pazinato, vigário da Comunidade e ao Sr. Jair Marcelino, presidente.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Já afirmei em outros momentos, que as organizações refletem no tempo a dimensão dos homens que as conduziram. E essa convicção se confirma uma vez mais ao saber da trajetória da Paróquia São Luiz Gonzaga, de Pato Bragado, que na data do último domingo comemorou festivamente seus 40 anos de fundação.

É uma história de começo de tempos difíceis. De poucos membros, de escassos recursos. Porém, superadas com muita fé e determinação por homens e mulheres que não se esquivaram em acreditar que um dia a comunidade seria grande. Quantos foram não importa, pois a história sempre despreza os números ante a grandeza do fato. O que vale neste momento é glorificar todos aqueles, que de ombro a ombro, fizeram crescer a pequena comunidade, transformando-a ao passar dos anos, com a chegada de mais e mais famílias, numa entidade vigorosa e de projeção regional.

Assim, com essa obra ininterrupta, a comunidade católica São Luiz Gonzaga habilitou-se a condição de ser constituída numa paróquia, desejo que se concretizou em 13/04/69.

Hoje, a paróquia dispõe de uma bela, ampla e funcional estrutura, com a igreja matriz, pavilhão de festas e outras instalações para a sua ação evangelizadora e sua ação social de excepcional relevo. Congrega 1.300 famílias, distribuídas na atuação da igreja matriz, e nas capelas do KM Cinco, Linha Oriental, Linha Flor do Sertão e as sedes distritais de Iguaporã e Bom Jardim, estas duas últimas no Município de Marechal Cândido Rondon.

Durante a festa comemorativa dos 40 anos de existência especial reverência foi dirigida aos sacerdotes que se dedicaram e trabalharam na Paróquia nestes 40 anos realizando a obra evangelizadora: Pe. Luiz Braun, Pe. Alois Mark, Pe. Luiz Wiatrok, Pe. Alois Gump, Pe. Amário Zimmermann, Pe. Tobias Henkemaier, Pe. Braz Pauli, Pe. Valmir Remini, Pe. Alfredo Treis Júnior, Pe. Elirio Baumgartner e Pe. Mauro Pazinato, atual vigário da paróquia desde 01/02/07.

Ao requerer essas congratulações pelos 40 anos de existência, Sr. Presidente e nobres Pares, existe também a feliz oportunidade de fazer votos para que a Paróquia São Luiz Gonzaga prossiga realizando sua obra missionária com muito sucesso e que suas múltiplas ações possíveis sempre sejam atos de maior alcance, capazes de ajudar na imensa tarefa de mudar a face do mundo à luz do Evangelho.

REQUERIMENTO Nº 5091

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne aprovar a consagração nos Anais da Sessão Plenária, do dia de hoje, de efusivas congratulações aos médicos paranaenses pela passagem do Dia do Médico que transcorreu no último domingo, dia 18 de outubro.

Caso aprovado a presente proposição, requer-se seja dada ciência da mesma, às associações médicas, via correspondência a ser encaminhada aos seus respectivos presidentes.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O amor ao próximo, que os discípulos oficiais de Cristo pregam de cor, é isto que a profissão diariamente me ensina: estar sempre disponível para acudir ao semelhante, de dia, de noite, a toda hora, com a mesma solícitude, a mesma paciência, a mesma compreensão. Ouvir queixas, enxugar lágrimas, minorar sofrimentos, incutir confiança. Dar a cada alma aflita uma solidariedade real, a ser-lhe concretamente prestável, como o Autor do mandamento o foi, a impor as mãos, a exorcizar, a curar e a ressuscitar...

É com estas palavras de exortação, de profissão de fé do poeta e médico português Miguel Torga (Dr. Adolfo Correia Rocha, 1907-1995) em seu Diário XI, que formulo a presente justificativa para requerer efusivas congratulações à classe médica paranaense pela passagem do Dia do Médico que transcorreu no domingo, dia 18 de outubro.

É a homenagem sincera a esses abnegados homens talhados para a grandeza da cura, espíritos de luz a ungir desesperados e descrentes com esperança e confiança. Mesmo que isso, muitas vezes, precise ser mais feito com o coração do que pela sabedoria.

Que arsenal terapêutico melhor pode receber um necessitado, um incrédulo, que palavras de esperança e certeza? Solidariedade essa feita bálsamo para reconstruir vidas e recompor mentes, não poucas vezes.

A homenagem que ora se presta, é impregnada do mais elevado reconhecimento e da mais profunda gratidão a cada médico pela solidariedade, desprendimento e amor ao próximo. Que o seu chegar, a sua consulta, a sua atenção, o seu diálogo, a sua camaradagem sempre devolvam a alegria nos olhos de homens e mulheres apreensivos, perturbados e desesperados com suas saúdes.

Que Deus sempre os guie nesta grande e nobre missão de curar corpos e, tantas e tantas vezes, tão somente almas.

REQUERIMENTO Nº 5129

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos

de congratulações ao Condor Supermercados, na pessoa de seu presidente, Sr. Pedro Joanir Zonta, em comemoração ao seu 35º aniversário, cuja trajetória é marcada pela geração de emprego e dedicação à família paranaense.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 5082

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Fundação Cultural São Francisco de Assis.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Fundação Cultural São Francisco de Assis, através de sua Rádio Bom Jesus, estabelecida no Município de Siqueira Campos, abrangendo além de sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que, ao instalar-se na região, conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo, e neste 29 de outubro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 5081

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Maçã Verde.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Maçã Verde, que coloca todo seu conhecimento no ramo à disposição da sociedade, buscando atender sempre melhor e com profissionalismo, dando um conceito no vestir.

Trabalhando com pessoal qualificado e treinado, uma empresa geradora de empregos que cumpre seu papel social. Sua atitude empreendedora demonstra o compromisso e a responsabilidade para com a sociedade, fazendo do comércio uma ferramenta disseminadora da igualdade social.

REQUERIMENTO Nº 5080

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Pe. Jorge.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Pe. Jorge, responsável pela Igreja Ortodoxa São Jorge, que divulga a palavra que inspira e evangeliza, a imagem que visibiliza a palavra bíblica e leva aos olhos o que a palavra transcende ao ouvido.

A oração, prece litúrgica na que ressoa a voz da Igreja e se consuma a comunhão dos santos num mesmo e único espírito, fazendo do templo uma construção dedicada às preces e ofícios divinos.

REQUERIMENTO Nº 5083

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Frequential Empreendimentos de Comunicação.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Frequential Empreendimentos de Comunicação, estabelecida no Município de Maringá, abrangendo além de sua sede, os Municípios da região. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que, ao instalar-se na região, conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo, e neste 27 de outubro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 5084

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Trupe da Saúde.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Trupe da Saúde, através de seus atores a Sra. Karina Pereira, Sr. Frank Sousa, Sr. Hique Gomes e Sr. Tarcísio Alencar Meira, que colocam seu tempo e sua habilidade em favor das pessoas, transmitindo alegria e difundindo esperança. Atuando de improviso, interpretam palhaços que utilizam como cenário os quartos e corredores de hospitais em Curitiba, preenchendo o silêncio dos ambientes com risadas, divertindo pacientes, acompanhantes, médicos e funcionários.

Sua benevolência causa impacto na recuperação dos internados, transformando social e culturalmente os beneficiados.

REQUERIMENTO Nº 5085

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações Sr. Ermínio Gatti.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Ermínio Gatti, empresário das áreas de turismo e transportes urbanos, um empreendedor que através de suas empresas gera empregos e igualdade social, buscando sempre a excelência dos negócios e a qualificação de seus colaboradores.

Um mecenas das artes que tornou-se um cidadão do mundo, transmitindo seus conhecimentos através da promoção do desenvolvimento cultural da região de Foz do Iguaçu. Uma personalidade que distingue-se em sua Cidade e no Paraná, fazendo de seu dinamismo, um multiplicador de trabalho e conhecimento, um cidadão engajado no crescimento e no progresso da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 5074

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Água Verde, proximidades do Shopping Água Verde, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo no local.

Assaltos vêm ocorrendo diariamente e a todo instante, os moradores encontram-se apavorados ao sair ou chegar em suas residências porque assaltantes ficam a sua espera e a cada dia sabe-se que mais um vizinho foi assaltado. Muitas pessoas trabalham no shopping e no horário de saída, às 22h, o terror aumenta porque a incidência de assaltos é enorme. A situação está fora de controle e a comunidade sem segurança, motivo da necessidade de policiamento ostensivo.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 575/09**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a APROMIC - Associação de Produtores da Micro Bacia Campo Novo, com sede em Palmeirinha no Município de Guarapuava, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20/10/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 6994/78 com as alterações dadas pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99 que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública de Sociedades Civis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná, estamos apresentando o presente projeto de lei, para declarar de utilidade pública a APROMIC - Associação de Produtores da Micro Bacia Campo Novo - Paraná, com sede em Palmeirinha no Município de Guarapuava, Paraná, conforme ata da fundação do dia 12/04/97, anexa.

Sem fins lucrativos, fundada em 12/04/97, a entidade tem por objetivo desenvolver condições sociais econômicas, sanitárias, assistência e outras de todas as comunidades de sua área de atuação, e seus problemas recursos e aspirações.

Em, 16/07/04 foi declarada de utilidade pública municipal, conforme Lei nº 1366/04 pelo Município de Guarapuava, Paraná.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; Deputado Jonas Guimarães; Dr. Batista, quero parabenizá-lo pelo Dia do Médico, o senhor é um médico humano, que atende com carinho os pacientes; nobres colegas e paranaenses que nos acompanham pela TV MERCOSUL e também pela TV SINAL.

Fiquei triste, peguei agora há pouco pela internet uma matéria sobre a maconha. A maconha é a droga mais usada pelos adolescentes aqui no Brasil. Agora, pasmem os senhores, estou vendo uma matéria aqui que não dá para acreditar, que até criança confessou que já usou maconha quando tinha mais ou menos dois anos de idade. Está aqui, é um levantamento. Crianças de todas as idades, adolescentes, que coisa triste, a droga campeã aparece com tanta facilidade, na porta da igreja, na porta da escola, na farmácia, no bar, pelas ruas. Isso é muito triste.

Do SINDI/SEAB, vai ter uma reunião plenária para tratar sobre os desenquadrados aqui do Estado do Paraná, vai ser no plenário desta Casa, amanhã. Agora, por que tem servidor que está enquadrado? Por que tem

servidor que não está enquadrado? Acho que isso não está correto e temos que dar apoio ao pessoal da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a todos os demais servidores que ainda não foram devidamente enquadrados e são funcionários do Estado.

Recebo um e-mail: *Cadê a promoção para os servidores dos cargos de agentes de apoio e agentes de execução do QPPE?* É aquela história: tem muita injustiça sendo praticada aqui no Paraná, no Governo do Estado, do Governador Requião, tem muita injustiça. Tem coisas boas, mas essas injustiças não podem persistir, têm que ser devidamente corrigidas.

Cidade de Arapongas, grande Presidente Sérgio Onofre da Silva, é um dos maiores líderes do Norte do Paraná, é o grande Presidente da Câmara de Arapongas, ele encaminha um expediente que quero crer que todos os Deputados receberam, foi aprovado por unanimidade no Plenário da Câmara de Vereadores de Arapongas, que é uma grande Cidade, sobre um parecer de um Conselheiro de Brasília, que de maneira totalmente equivocada, de maneira absurda, da maneira errada, quer colocar alunos especiais para estudarem na mesma sala de aula dos alunos que não têm nenhum tipo de problema. Então, querem misturar alunos excepcionais, portadores de Down, quem sabe, até autistas, na mesma sala do aluno normal. O grande problema é: será que o aluno especial vai conseguir acompanhar o aluno que não tem problema nenhum? Essa é a grande questão.

São modificações que eles querem implantar em Brasília. Parece que eles estão em outro mundo, em uma outra realidade. Vemos o trabalho da APAE, trabalho tão bonito com os excepcionais, vemos o trabalho com os portadores de Síndrome de Down, os alunos e alunas sentem-se bem naquelas escolas especiais. E agora, Vereador Sérgio Onofre, os Vereadores estão de parabéns, porque estão lutando também. Mas, é uma Câmara de Vereadores! Se ficar calado é pior.

Por isso, parabenizo os Vereadores de Arapongas, na figura do Presidente Sérgio, por essa medida de gritar a protestar contra esse absurdo que Brasília quer impor no nosso País.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Recebo e-mail do Fábio: *Deputado, veja o que vão ganhar os policiais de Tocantins, a partir de janeiro!* Governador Requião, Secretário Delazari, Comandante da Polícia Militar do Paraná, vejam como o nosso policial aqui está tendo um tratamento de terceira classe, de quinta categoria, desumano. *Em Tocantins, um policial Soldado vai ganhar R\$ 3.233,71; um cabo, R\$ 4 mil e 15; um 1º Sargento, R\$ 5.212,71; um Subtenente, o salário fica em R\$ 6.112,32. Nós, PMs do Paraná, onde está o segundo melhor salário do Brasil? Por favor, nos ajude urgentemente. Grato.*

E-mail do João Batista Jaquinta:

Deputado Belinati, eu vi na TV SINAL o seu pronunciamento, só não gostei do Deputado Dobrandino falar o que falou, pois a COHAPAR a SANEPAR e a COPEL são só Governo do Estado. Quando estão construindo um conjunto Habitacional, a SANEPAR e a COPEL vêm fazer as ligações. Por que já não fazem a rede de esgoto junto? Isso porque é gente de baixa renda, não são ricos, então não procede o que o Sr. Dobrandino falou, pois ele nem aparece aqui para nos visitar, só vem em época de eleição. Então fica a pergunta: por que não fazer o conjunto Habitacional já com rede de esgoto? Sem mais, um abraço, e que Deus o proteja, que o senhor seja um Deputado atuante em todas as áreas deste Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Dizer que disputei sete eleições em Foz e ganhei as sete. Então, não procede o que ele está falando. Estou sempre em Foz, sim. Não vou polemizar. Não sei quem é esta pessoa que fala, nem digo essa asneira, mas vou dizer para ele o seguinte: eu, lá em Foz, com mais três sócios, estamos construindo um loteamento, estamos iniciando, e já fizemos a rede de luz, de água e de esgoto.

Então, não procede o que ele diz. Claro, sempre disse, não há 100% de esgoto em nenhuma Cidade do Brasil e talvez do mundo, não há. É uma melhoria importante nas Cidades, é uma melhora muito importante na qualidade de vida das pessoas, na maioria das pessoas, é o esgoto. É importante isto. Embora, Deputado Belinati, tem ruas que têm esgoto e a pessoa não quer que ligue, para não pagar.

Então, é difícil você compreender e satisfazer todo mundo.

Agora, lá em Foz, eu continuo dizendo ao Sr. João Batista, que não sei quem é, é uma das Cidades que têm o maior número de redes de esgoto, em metragem, do Paraná. Claro que não tem em todas, mas em muitas a SANEPAR está fazendo.

Então, não procede o que ele diz.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Deputado.

Fazer um apelo ao Governador Requião e à Caixa Economia, porque a Caixa Econômica tem muito dinheiro para fazer rede de esgoto. Acho que todas residências têm que ter rede de esgoto. Na casa do Deputado tem rede de esgoto, na casa do Requião tem rede de esgoto, do empresário, do fazendeiro. Então, na casa do remediado tem que ter rede de esgoto, na casa do pobre também. Acho que este debate é uma grande oportunidade para isto, porque ficar com uma fossa fedorenta no quintal não dá não, aquele mau cheiro na hora do almoço, da janta. É aquilo que eu disse, tem namorada que tem vergonha de levar o namorado para namorar em casa, por

causa da fedentina que vem da fossa. Para acabar com isto só com rede de esgoto.

Eu recebo, da grande jornalista Soraya Garcia, uma matéria sobre esse problema de fábrica da bateria, problema de chumbo. Ela lembra que as recicladoras de chumbo de baterias automotivas no Paraná se espalharam igual praga nas pequenas Cidades do interior, pelos quatro cantos do Paraná. Tudo começou com a implantação da delimitação do vizinho Estado de São Paulo.

Então, São Paulo está sendo rigoroso, está proibindo algumas fábricas de bateria no seu território e eles estão vindo aqui para o Paraná, achando que é terra de ninguém. Eu vi cada fotografia de gente contaminada pelo chumbo, que é usado para fabricar bateria, o corpo totalmente deformado. Vi um operário de uma fábrica de bateria, ele ficou doente mental, a pessoa fica deformada, a contaminação é bastante perigosa, e a brilhante jornalista Soraya Garcia, muito competente, ela manda um amplo material que vamos estudar aqui com os nossos colegas da Comissão de Meio Ambiente também, porque precisamos, acima de tudo, independente do imposto que uma fábrica de baterias pode gerar para o Paraná, temos que primeiramente cuidar da saúde da população, como está cuidando o Deputado Anibelli da saúde do seu filho em São Paulo, Deputado Anibelli.

Sr. Presidente, Nelson Justus, esse frasco aqui não é urina, pode parecer urina, é uma água, e vai ser, nobres Pares, uma água semelhante a essa que daqui um tempo o povo de Londrina, e de vários Municípios da região, vai consumir, em função da construção da Usina Hidrelétrica de Mauá.

No momento, o Paraná não tem falta de energia elétrica. O que está acontecendo? Tem algumas minas de carvão que, com o represamento do rio para a construção de usina hidrelétrica, aquilo não vai fluir e vai contaminar toda a água, inclusive do rio Tibagi. Olha a cor da água, parece urina. E o que esta água aqui, Deputado Durval Amaral? Porque o senhor vai beber também, V. Exa. vai beber, vai, V. Exa. bebe água em Londrina, eu também bebo. Esta água, nobres Parlamentares, vejam bem, é resultado da Hidrelétrica de Mauá.

A Usina Hidrelétrica de Mauá da Serra em funcionamento, aproximadamente 50, a barragem vai submergir as 26 minas e cinco depósitos de lixo tóxico, contaminando ainda mais a água, numa área de 20 alqueires de extensão. A área total de alagamento é de 5 mil e 500 alqueires para fazer essa Usina de Mauá.

Exames de saúde já realizados em duas pessoas constataram um alto nível de contaminação de cádmio, alumínio, chumbo, zinco, mercúrio, selênio, cobre, enxofre, manganês e muitos outros componentes químicos que produzem sérios riscos para a saúde. Por exemplo: o cádmio causa o quê? E está aqui nessa água, causa inflamação dos pulmões, problemas no fígado e também nos rins, é uma desgraça total. O chumbo o que vai dar e que vai estar nesta água que o povo de Londrina vai beber? Causa dores abdominais e distúrbios na visão, causa até

paralisia nas mãos. O mercúrio, que também vai estar nesta água, causa perda da visão, a pessoa pode ficar cega, também pode haver uma debilitação das funções cerebrais e a pessoa pode até ficar em estado de coma.

Então, o Inácio Carvalho, um paranaense preocupado com a saúde do povo, nos trouxe este frasco, esta água, um apelo ao Governador Requião, às nossas autoridades, um apelo de respeito à vida, respeito à saúde do nosso povo, porque é inadmissível, daqui a algum tempo o Deputado Durval Amaral, tão jovem, tão vigoroso, de repente correr este risco que estamos vendo aqui, da pessoa ficar cega, ficar em coma, pelo chumbo, pelo mercúrio, por tanta coisa que vai contaminar o nosso rio Tibagi, com grande prejuízo para a saúde, para a vida desse povo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, Deputados Marcelo Rangel, Durval, eu vou imitar, imitar não, mas pelo menos seguindo uma referência aqui do Deputado Belinati, e-mails para ler, recebo vários e-mails, mas hoje vou me ater a uma reclamação aqui do DETRAN do Paraná. Pode ser que o mesmo que esteja acontecendo aqui na região de Campo Mourão pode, de repente, estar acontecendo nas regiões que os senhores e senhoras representam.

A pessoa me escreve o seguinte:

No início da atual administração do DETRAN-PR foi determinado que os exames médico e psicológico seriam realizados em clínicas particulares e não mais nas CIRETRANS (como já ocorre em outros Estados).

As conveniadas de todo Paraná (faculdades e Prefeituras) que sempre prestaram esses serviços, no caso de Campo Mourão é a FECILCAM, terão seus contratos encerrados no dia 2 de novembro de 2009.

O fato é que em Campo Mourão e região ainda não tem nenhuma clínica credenciada para prestar tais serviços e, a partir do mês de novembro, os usuários que necessitarem de exames deverão se deslocar até a Cidade mais próxima, que já possui clínica credenciada (Maringá ou Cianorte).

A FECILCAM tem interesse em continuar com tais serviços, mas ainda está com a documentação em andamento.

Existe uma clínica que está um pouco mais adiantada na documentação, mas aguardando vistoria e determinação para funcionar.

Então, pegando essa reclamação, estou imaginando que as clínicas, as pessoas que querem se credenciar para fazer esse tipo de exame médico e psicológico, se não estiverem credenciadas até dia 2 de novembro -

segundo as informações que vieram pela internet - aí não poderão se credenciar mais. Ou terá que fazer numa clínica que esteja credenciada.

Falando aqui de Campo Mourão, em volta de Campo Mourão tem 24 Municípios, e que alguns deles, porque tem Municípios que tem a Regional do DETRAN, se não tiver o credenciamento a pessoa não vai poder fazer o exame médico e psicológico, vai ter que fazer numa Cidade próxima. Aí, a maior Cidade seria Maringá ou Cianorte. Se isso de fato acontecer, vai ser um prejuízo muito grande para a região de Campo Mourão, as pessoas vão ter que se deslocar mais de 100 quilômetros para fazer um exame para a carteira do DETRAN.

Estamos alertando para que, de repente, o Secretário do DETRAN, Dr. David Pancotti, tenha conhecimento dessa informação, para que isso não aconteça em Campo Mourão. Estou fazendo um pedido aqui, ainda tem duas semanas, dá tempo de credenciar as clínicas, ou quem quiser ser credenciado, que o DETRAN se mexa e vá atrás disso, porque pelas informações que nos chegam não tem nenhum ainda credenciado. E a própria faculdade, que é interessada no assunto, ainda não está credenciada, pelo menos é a informação que nos chega. Tomara que as informações possam estar distorcidas.

Queremos é deixar o alerta para que a Cidade de Campo Mourão tenha as suas clínicas credenciadas e também possa atender a população naquele ponto que é para fazer a carteira de motorista. As pessoas já reclamam das filas, reclamam da demora, já reclamam de ir uma, duas, três vezes ao DETRAN para conseguir fazer a sua carteira de motorista. Agora mais uma faculdade. De repente teremos que ir até uma Cidade vizinha para fazer os exames.

Estamos fazendo este pronunciamento para atender as pessoas que nos cobram, em respeito à população, àqueles que precisam fazer esses exames e que daí, por um lapso do Governo, ou por inércia do Governo, a população tem dificuldade. Estou fazendo o pronunciamento duas semanas antes do prazo final, para alertar o Governo e os responsáveis pelo DETRAN.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso esta tribuna porque, no dia 14 de julho, aprovamos aqui na Casa um requerimento pedindo informações ao Secretário dos Transportes, sobre o estado das rodovias que o Governo anuncia aos quatro ventos que foram recuperadas no período dele. As propagandas são as mais diversas. E o que conseguimos constatar nessa resposta que o Governo do Estado e a Secretaria dos

Transportes tem enviado a esta Casa? Nós solicitamos que desses 8 mil quilômetros de estradas recuperadas pelo Governo do Estado, fosse informado: qual é a rodovia? Onde se localiza? Quando foi concluída? Qual é a quilometragem de cada rodovia?

Primeiro se faz entender alguma coisa técnica. Eu não sou técnico da área de transportes, nem de construção de estradas, mas fui perguntar para alguns técnicos: O que é restauro? O que significa a palavra restauração de rodovias? Restaurar uma rodovia é devolver as condições iniciais, ou seja, a origem. Deixá-la nas mesmas condições em que foi inaugurada. Devolver-lhe a mesma vida útil inicial. Isso é restaurar uma rodovia.

Pois bem, nesse calhamaço de documentos que recebemos, está aqui à disposição dos Srs. Deputados e também da imprensa do Estado do Paraná, caso queiram dar uma olhada, e vale a pena darem uma olhada, o que o Secretário dos Transportes, da Secretaria dos Transportes, tem respondido em relação à conservação ou ao restauro dessas rodovias.

Não conheço o Estado do Paraná todo, mas quero citar alguns exemplos da nossa região e avocar até o testemunho do Deputado Dobrandino, lá de Foz do Iguaçu, tem sua base eleitoral em Medianeira, em Missal e, pelo relatório que a Secretaria dos Transportes enviou para a Assembleia, respondendo às nossas indagações, diz que foi restaurada a rodovia ligando os Municípios de Medianeira e Missal. Passei lá agora, há questão de uma semana, duas semanas, acredito que o Deputado Dobrandino, nós até nos encontramos numa ocasião, no interior do Município de Missal. Aquela rodovia está praticamente intransitável. Não é possível que o Governo do Estado venha dizer que essa rodovia, ligando Medianeira a Missal, esteja restaurada. A mesma coisa a rodovia ligando Marechal Cândido Rondon a Porto Mendes, ligando Cafelândia à Central de Santa Cruz.

Tenho certeza, Srs. Deputados, quem quiser uma cópia de todo esse trabalho, as rodovias restauradas pelo Governo do Estado estão à disposição dos senhores, para ver como é que o Governo do Estado faz uma propaganda enganosa, Deputado Fernando Scanavaca.

Não é possível, V. Exa. esteve comigo olhando rapidamente essas rodovias que o Governo do Estado restaurou. Diz que restaurou. Não é um tapa buraco, não, restaurar a rodovia. Restaurar é desenvolver a rodovia à sua originalidade, a qual foi construída. Estamos vendo nesse relatório, Srs. Deputados, as rodovias não foram restauradas.

Houve, sim, alguns tapa-buracos. Houve algum reperfilamento em algumas rodovias? Houve, mas algumas rodovias que tiveram tapa-buracos e constam como restauradas, estão hoje piores do que estavam quando começou o tapa-buracos. É lógico, a rodovia tem uma vida útil!

Deputado Caíto Quintana, vou passar depois para V. Exa. dar uma olhada, lá do Sudoeste. Com toda a certeza estão elencadas as rodovias.

Deputado Batista, lá na região de Maringá, o Paraná inteiro e o DER tem cinco regiões e dividiram por regiões, o DER, da recuperação dos restauros das rodovias.

Lógico, tomaram cuidado com os restauros das rodovias, outras recuperadas também, não pavimentadas, mas tapa-buracos, para mim, é tapa-buracos, é jogar um reperfilamento, jogar uma massa asfáltica, passar com a patola por cima. Isso não é restauro, isso é uma recuperação emergencial.

Deputado Ney Leprevost, não é possível que o Governo do Estado faça uma propaganda enganosa. Os documentos estão aqui, não é o do Elio Rusch. Os documentos são do próprio Governo do Estado, dizendo que houve a restauração de 5 mil e tantos quilômetros de rodovias. Rodovias que receberam mal apenas uma pazada de piche, nada mais. Não é restauro. Tapa-buracos é uma recuperação emergencial.

Deputado Valdir Rossoni, que é tão esperado o pronunciamento dele, que vai fazer o contraponto, com toda certeza, em relação ao Secretário da Segurança Pública na manhã de hoje. O Secretário da Segurança Pública estará aqui na próxima terça-feira, fazendo a sua explanação, e será sabatinado pelos Deputados.

Aqui é o lugar que o Secretário da Segurança Pública vai ter que responder aos Deputados àquilo que ele falou pela manhã ou aquilo que o povo espera, que a sociedade espera. Nós Deputados vamos perguntar o que está acontecendo na Segurança Pública no nosso Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

(Lê):

“Venho hoje a esta tribuna para falar do Projeto Paraná, um trabalho que dá ao cidadão paranaense o verdadeiro direito à palavra. Esta ação suprapartidária, liderada pelo Senador Osmar Dias, tem mobilizado todo o nosso Estado com o objetivo de debater um futuro melhor aos paranaenses. O Projeto Paraná não é do PDT, do PSDB, do PT, do DEM, do PTB, do PSC, mas sim uma iniciativa democrática, que busca a transformação do nosso Estado para melhor, com a verdadeira participação do povo.

O Projeto Paraná conta com apoio constante de meus companheiros de partido, como o Deputado Federal Wilson Picler, o Presidente Estadual do PDT, Deputado Augustinho Zucchi, e os Deputados Luiz Carlos Martins e Neivo Beraldin. Nas regiões em que é realizado o evento tem sido prestigiado por expressivas lideranças, a exemplo do que aconteceu em Araucária no último

sábado com a participação da Deputada Estadual Rosane Ferreira (PV), do Prefeito Albanor Zezé Gomes (PSDB), e dos Vereadores Clodoaldo (Presidente do PDT local) e Rui Sérgio (PT, Presidente da Câmara Municipal), evidenciando o caráter amplo do encontro.

O Projeto Paraná não discute eleição, mas sim o futuro do Estado. Muitos dos senhores que estão aqui já tiveram a oportunidade de acompanhar este trabalho que chegou à oitava edição no último sábado, em Araucária, aqui na Grande Curitiba. De lá nasceram grandes ideias, que refletem o anseio dos cidadãos das Cidades vizinhas à Capital, de ter a verdadeira integração metropolitana. Não uma integração definida por lei apenas; ou uma dependência perpétua da Cidade-polo, mas sim uma integração no sentido literal, aquela em que crescimento é compartilhado e a vocação local impulsionada.

Ideia novas para o nosso Estado também nasceram na região de Foz do Iguaçu, de Maringá, de Paranaguá, de Colombo, de Campo Mourão, de Guarapuava e de São José dos Pinhais. O Senador Osmar Dias tem percorrido todo o Estado. Os encontros do Projeto Paraná, do Oeste ao Litoral, do Norte ao Sul têm mostrado que o povo, há muito, esperava ser ouvido, não apenas em época de eleição.

A população paranaense sabe que política séria se faz ouvindo os cidadãos e buscando soluções para melhorar a vida de todos. O eleitor não vota mais em produtos de marketing, em pessoas produzidas por agências de publicidade. O paranaense escolhe aquele que conhece o Estado, vota em experiência e não no experimento.

O Projeto Paraná está na estrada desde abril, provando o que o nosso povo sabe o que quer e o que precisa. Mostrando que todos têm um sonho- a mulher, o homem, o jovem, a criança, os trabalhadores do campo e da Cidade. Mostrando que é das ideias, por mais simples que possam parecer, que nascem os grande projetos, porque projeto e planejamento não são feitos de discursos, nem saem de gavetas, mais sim de práticas, do entendimento da realidade e da necessidade e caso a caso.

O Paraná é um Estado singular. Estado que cresce pelas mãos dos paranaenses, pela força do trabalho do nosso povo. Estado forte, que responde por um quarto de tudo o que é produzido no Brasil. Não tenho dúvidas que o Paraná será melhor se tiver o Governo aliado do seu povo. Um Governo que invista no potencial de cada região, que promova a integração de forças produtoras, do interior e da Capital. Essa é a prioridade do Senador Osmar Dias com o Projeto Paraná. Um homem público que dá exemplo ao ouvir o que a sociedade tem a dizer em vez de fazer discursos fora de sintonia com a realidade. Um homem que busca transformar o Governo do Paraná num verdadeiro parceiro de todos os paranaenses.

Ao buscar soluções para um Estado melhor, ouvindo os cidadãos, o meu partido, o PDT, cumpre o que lhe é obrigação. O que queremos é apresentar a todos os paranaenses uma proposta pautada na realidade do nosso Estado. Não trabalhamos com promessas. Temos o

compromisso com a palavra, com a lealdade e com o respeito aos paranaenses de cada uma das regiões deste grande Estado.

A aliança maior de um homem público é com a população. A construção do amanhã melhor para o Paraná, que todos sonhamos, já começou com o Projeto Paraná. As ideias do nosso povo para melhorar a Segurança Pública; a Saúde; a Educação; o Transporte; para gerar empregos e desenvolvimento, estão contempladas no Projeto Paraná. E todos os senhores estão convidados a fazer parte deste projeto. Aos que já participaram, renovo o convite; aos que ainda não foram, convido a participar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes que nos honram com suas presenças, imprensa, telespectadores do Paraná que nos acompanham pela TV SINAL e MERCOSUL.

Venho a esta tribuna falar da importância do 2º Encontro Estadual dos Povos Tradicionais do Paraná, que começou ontem à noite em Faxinal do Céu, no Município de Pinhão, com a presença de 250 lideranças, todos os povos tradicionais do Paraná lá representados, faxinalenses, quilombolas, pescadores artesanais, cipozeiras, ciganos, benzedeiros e benzedoras, indígenas, ilhéus.

Os povos tradicionais do Paraná, organizados, reivindicando o quê ao Governo do Estado e a esta Assembleia Legislativa? Reivindicando um decreto que regulamente o que já foi legislação no plano nacional para o Estado do Paraná. A minuta de decreto já foi debatida com as várias Secretarias no Estado do Paraná que têm relação com os povos tradicionais.

Está na mesa do Governador e os povos tradicionais do Paraná esperam, desejam que o Governador assine esse decreto o quanto antes, para que possam empossar inclusive a Comissão Estadual, a exemplo do que aconteceu no plano nacional, do que está acontecendo em outros Estados do Brasil. Os povos tradicionais do Brasil também querem políticas públicas de alcance geral.

Temos 227 faxinais no Estado do Paraná e temos faxinais que precisam de escola, precisam de energia elétrica e precisam de estradas. São povos que vivem no modo tradicional, cuidam do meio ambiente, trabalham várias famílias em uma área e não têm escritura para um dono, mas é uma área pública para aquelas famílias que trabalham naquela área e precisam ser respeitadas.

Os quilombolas, temos 93 quilombos identificados no Paraná, que são remanescentes da escravidão, daquele período duro, e estão vivendo também em áreas que pre-

cisam de demarcação, de escola, de saúde, de estradas e de energia elétrica, assim como temos colônias de pescadores no Estado do Paraná que precisam de políticas públicas.

Cito como exemplo a escola, porque temos pescadores artesanais que nunca tiveram a oportunidade de estudar. E os moradores de ilhas? Temos ilhéus, ilhas no Estado do Paraná em que falta saúde, falta escola, temos moradores de ilhas que foram expulsos dos seus territórios, estão pagando impostos e não podem voltar às suas terras, porque barragens, hidrelétricas como Itaipu lhes trouxeram prejuízos.

Temos vários povos tradicionais no Estado do Paraná, como as cipozeiras, que habitam o nosso Litoral, povos que não são conhecidos muitas vezes em uma região próxima de onde moram, porque não têm visibilidade.

Por isso, o apelo que fazemos a todos os Deputados e Deputadas, à imprensa, ao Governador Roberto Requião e aos seus Secretários, é que deem atenção aos povos tradicionais do Paraná, e que esse decreto, que já foi discutido amplamente por Secretários de Estado do Paraná com os povos tradicionais, que organizaram a rede puxirão, seja assinado e publicado o quanto antes.

Também ontem, em Faxinal do Céu, iniciou-se o 6º Encontro dos Educadores e Educadoras Negros e Negras do Estado do Paraná, com a presença de aproximadamente 800 educadores do Paraná entre professores e funcionários. Trabalho bonito que as várias entidades que representam os afrodescendentes do Estado do Paraná, com as entidades como a APP-Sindicato, que é o Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado do Paraná, com o NEREIA (sic), que é o núcleo que funciona dentro da Secretaria de Educação e que tem em cada Núcleo de Educação, os 32 núcleos do Estado do Paraná também responsável pelo NEREIA e por esse debate. Uma das tarefas é implantar na sua plenitude a Lei nº 10635, que discute a história, a cultura africana e também afro-brasileira. Também o debate que se instala lá é no sentido de resgatar a contribuição que os povos vindos de vários Países africanos deram ao Brasil, ao Paraná, às nossas Cidades, tanto na região urbana quanto no campo.

Então, o 6º Encontro está com uma qualidade muito grande, porque vários debates já foram formulados e realizados no Paraná, seminários, encontros, cursos, inclusive pós-graduação, organizado entre as entidades e universidades do nosso Estado, Federal, universidades estaduais. Então, o 6º Encontro dos Educadores, educadores negros e negras, está trabalhando para que projetos, inclusive que nós apresentamos a pedido do Movimento Negro do Paraná, possam ser melhorados os projetos que apresentamos aqui, estamos trabalhando para melhorar o projeto, e que esta Casa possa votar, antes do dia 20 de novembro, que é o Dia da Consciência Negra e o dia também que se rememora a morte do Zumbi dos Palmares.

Também queremos registrar com indignação nesta tribuna o que está no orçamento, previsão orçamentária

para 2010 para a educação básica, uma previsão de 22.95% das receitas de impostos do Paraná para a educação básica, menor do que os 25% que a Constituição Federal assegura, combinando com a LDB, combinado com o Plano Nacional de Educação, combinado com pareceres do Ministério Público que assessora o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, combinando com o voto brilhante, na época Conselheiro do Tribunal de Contas, do Dr. Rafael Iatauro, hoje Secretário-Chefe da Casa Civil, que assegura no seu voto que o Estado tem que aplicar, no mínimo, 25% para a educação básica. Só poderia aplicar menos que 25% na educação básica se ele já tivesse atingido na sua plenitude a educação básica, assegurando carreiras decentes, salários justos, condições de trabalho adequado na educação básica.

Nós, aqui nesta Assembleia, estivemos várias vezes, eu como Presidente da APP-Sindicato, buscando mudar a Constituição do Paraná para que ela determinasse a aplicação de, no mínimo, 30% dos impostos do Paraná para a Educação, para garantir que no mínimo 25% ficasse assegurado para a educação básica. Conseguimos assegurar 25% para a educação básica quando? Em 2007, logo após a edição da Emenda nº 021, que mudou o artigo 185 da Constituição do Estado do Paraná. Em 2008 já asseguramos, 2009 estamos protestando, como fizemos no dia 15, no Dia do Professor, fomos ao Palácio para dizer que não aceitaremos que o Paraná aplique menos que 25% em 2009, mas a previsão continua no orçamento. Agora, a peça orçamentária que chegou aqui nesta Casa, que está distribuída aos Deputados, e que eu pude ler junto com o nosso sindicato, a APP, que representa a educação básica no Paraná, junto com o DIEESE, que assessora também a APP-Sindicato, concluímos que é 22.95%. Está se tirando 278 milhões, e temos que reparar isso.

Logo, logo vai abrir um espaço para que nós Deputados possamos fazer emendas ao orçamento. E quero conclamar os 54 Deputados desta Casa para que não passe, nesta Casa, este orçamento para 2010 com menos de 25% para a educação básica. É inaceitável!

Estamos fazendo este apelo, convidando cada Deputado, cada Deputada para ler este orçamento e dar atenção especial à Educação. Podemos e devemos aplicar mais do que 30% em Educação. Agora, não podemos deixar de aplicar pelo menos 25% das receitas de impostos para a educação básica.

A Educação já foi passada para trás quando criamos, na Constituição Brasileira, o dispositivo de garantir o mínimo em educação tirado de impostos. Tivemos redução de impostos, tivemos esses impostos trocados por outras formas de arrecadar receita, como contribuições, e só vai para a Educação o que foi arrecadado em imposto, tem que ter a letra “i” na frente. Todo tributo que não tem a letra “i” na frente, que não é imposto, não vai para a Educação. Muitas vezes diminuem impostos, criam outras tarifas para tributar o contribuinte e esses outros tributos não vão para a Educação.

Ora, temos que assegurar, no mínimo, os 30% que conseguimos aprovar aqui nesta Assembleia, mudando a Constituição do Paraná, para garantir que a educação básica possa fazer com que, por exemplo, o Colégio Estadual Altair Mongruel, que é um colégio grande dentro da Cidade de Ortigueira, possa ser reformado na parte que queimou. No início do ano, queimou o laboratório e a biblioteca, e não foi reformado. Parte daquela escola funciona, há mais de 10 anos, numa galeria que era para lojas, ao lado do Colégio Mongruel. O muro foi quebrado, abriu-se uma porta, alugou-se uma galeria ao lado com seis salas minúsculas, sem ventilação, sem janelas, amontoando os estudantes de manhã, à tarde e à noite. É o único colégio estadual, dentro da Cidade de Ortigueira, que ministra educação regular na rede estadual. Metade do colégio é alugado, há mais de 10 anos. A outra metade queimou e não tem reforma. Fora outros colégios que o Paraná precisa investir.

O Paraná precisa investir no salário, nas condições de trabalho e de carreira de professores e funcionários, e pagar o atrasado que o Paraná está devendo, desde o ano passado, aos professores e funcionários de escolas, que é o avanço de carreira que já deviam ter pago.

Por isso, o Paraná não pode abrir mão de 25% na educação básica.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente Nelson Justus, Deputado Jonas Guimarães e Deputado Neivo Beraldin, que estão secretariando esta Sessão; Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Venho à Assembleia Legislativa, hoje, para fazer um agradecimento. Tivemos o Dia do Professor, já comentado pelo Professor Lemos, dia 15 de outubro, e com grande alegria Irati recebeu uma unidade do IFERT, uma unidade federal da Escola Técnica do Paraná. E é uma grande alegria, não só para Irati, mas especialmente para toda a nossa região, para a Região Sul, Centro-Sul, Campos Gerais, para o Paraná, e especificamente para o Brasil, porque o estudante que vai de uma região para outra, ou de um lugar para outro, é muito importante essa unidade, que começa a funcionar a partir de março de 2010. As inscrições já estão abertas na Cidade de Irati.

Queria fazer esse agradecimento para diversas pessoas, todas, inclusive na Assembleia Legislativa tivemos o apoio, em alguns momentos quando falamos, de alguns Deputados.

Mas, Deputado Dr. Batista, ontem foi o Dia do Médico, domingo, também quero parabenizá-lo, parabenizar todos os médicos, mas dizer também que é muito importante a questão da Educação, e entre eles eu queria fazer um agradecimento especial ao Reitor Alípio Leal, que foi uma pessoa extremamente dedicada para que essa

unidade se instale no Município de Irati, a toda a sua equipe, ao Dr. Pedro Pacheco, enfim, a toda a equipe, queremos fazer um agradecimento em nome de Irati, em nome da região, aqui na Assembleia Legislativa. Haja vista que ele esteve lá nesse dia 15, que era o Dia do Professor, quando da instalação, ou quando foi anunciada em Irati a escola técnica, ele esteve presente.

Queria, ao mesmo tempo, passar uma gratidão a todos os professores, ao Deputado Ângelo Vanhoni, que foi um grande líder nosso, amigo, que esteve em todas as instâncias que procuramos no Governo Federal e sempre esteve conosco nessa empreitada que é muito importante, principalmente se tratando da Educação. Ao Ministro Haddad também o nosso agradecimento, que sempre nos recebeu com prontidão, e é uma pessoa extremamente correta na Educação.

Os cursos que se encontram abertos hoje para o funcionamento da nossa escola técnica: agroecologia, informática, vestuário. E temos ali, próximo, Imbituva, que é a Cidade que tem o maior polo de malharia do Estado do Paraná, no Sul do Estado.

Agroecologia, haja vista que é uma região que tem bastante, principalmente na ecologia que ela tem uma preservação ambiental muito grande.

Queria passar esse nosso agradecimento ao Prefeito de Irati, Sérgio Stoklos. Um Prefeito inteligente, determinado, que quando viu que havia a possibilidade de ampliar a Educação, não mediu esforços. Foi adquirido um conjunto onde devia ser instalada uma faculdade, adquiriu-se toda a propriedade e passou ao Governo Federal. Esse nosso agradecimento é também à Câmara Municipal de Irati e às pessoas que se envolveram, principalmente os educadores de Irati, da nossa UNICENTRO, da faculdade, enfim, à toda população que se envolveu, principalmente na Educação.

Como é bom, como é importante. E esperamos, com toda a certeza, com essa escola técnica, conseguir chegar a lugares onde chegaram Cidades como Pato Branco, Beltrão, como tantas Cidades se desenvolveram, principalmente na Educação. E assim esperamos que a nossa região também consiga se alavancar, principalmente na Educação. Sabemos que as Cidades que tiveram uma escola técnica, tiveram a sua diferença. Não que tenhamos ciúmes de outros lugares, tomara que outros lugares também estejam muito bem, porque é bom para todos. A nossa região era do centro expandido do Paraná, bastante carente, e teve um olhar muito forte, principalmente do Governo Federal, do nosso Governo Municipal e também do Governo do Estado.

Agradeço a todos. Principalmente, deixo o meu abraço para todos que estiveram junto nessa empreitada, nessa luta. Está aberta a Escola Técnica de Irati, para todos que queiram fazer seus cursos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, 38% do Produto Interno Brasileiro, ou seja, 38% de tudo que a Nação produz, 38% de tudo aquilo que é resultado do trabalho do pobre e do rico, vai para as mãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, através de impostos, taxas e tributos - 38% da riqueza nacional. Ou seja, o trabalhador, comerciante, profissional, o empresário pequeno, médio e grande, brasileiros, trabalham os cinco primeiros meses do ano só pagando impostos para os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Acontece que pagamos tributos de Primeiro Mundo no Brasil. Mas lamentavelmente recebemos, por parte do Poder Público, na maioria das vezes, serviços de Terceiro Mundo. Para que se tenha uma ideia, o Presidente Obama, nos Estados Unidos, está fazendo uma cruzada, enfrentando uma resistência muito grande do adversários, pela Saúde. Lá nos Estados Unidos, onde o Sistema de Saúde é falho e 30 milhões de pessoas não têm acesso à Saúde, investe-se 12% do Produto Interno Bruto em Saúde. O Brasil investe 3,5% do seu PIB nesta área.

Portanto, precisamos com urgência da regulamentação de tal Emenda nº 029, que tanto se fala, há tantos anos fazem discursos sobre ela no Congresso Nacional, mas não regulamentam de uma vez essa emenda.

Propomos pela manhã, através da Comissão de Saúde desta Casa, uma região muito positiva e construtiva, onde estiveram presentes as principais entidades da área médica, Associação Médica, Conselho Regional de Medicina, enfim, tivemos aqui dezenas de entidades da área médica e lançamos uma campanha pela regulamentação da Emenda nº 029. Porque é essa emenda que vai garantir o dinheiro para a Saúde Pública no Brasil. A Emenda nº 029 estabelece que o Governo Federal tem que gastar, no mínimo, 10% da sua arrecadação com assistência à Saúde. Ela estabelece que os Governos Estaduais têm que gastar, no mínimo, 12% com assistência à saúde, e os Governos municipais 15%.

Nos últimos anos, 100 hospitais no Estado do Paraná fecharam as suas portas, por falta de dinheiro. A grande maioria dos hospitais filantrópicos, beneficentes, Santas Casas de Misericórdia do interior do Paraná. Quem vive no interior - a maioria dos Deputados daqui têm base no interior - sabe o quanto as Santas Casas são fundamentais para o atendimento de baixa complexidade nos Municípios do interior.

Hoje lançamos aqui uma campanha, porque quem está no poder só entende uma linguagem que é da pressão. Vamos pressionar o Presidente da República, o Ministro da Saúde, os Senadores, os Deputados Federais, pela aprovação da Emenda no 029 e pelo aumento dos repasses do SUS.

Hoje, Deputado Nelson Justus, um médico está recebendo pouco mais de R\$ 2 por uma consulta. É uma vergonha uma pessoa que estuda oito anos, que o médico chega a estudar, com as residências que faz, cerca de oito anos e depois continua estudando a vida inteira. É uma vergonha pagarem por uma consulta médica pouco mais de R\$ 2.

Então, estamos na luta pelo aumento dos repasses do SUS e pela regulamentação da Emenda nº 029, e para isto lançamos hoje aqui uma campanha em que pretendemos colher mais de 100 mil assinaturas, que serão encaminhadas ao Sr. Presidente da República.

As pessoas que querem ajudar a melhorar a Saúde Pública nesse Brasil, que querem garantir a Emenda nº 029, que é a emenda que dá dinheiro para a Saúde, que querem garantir o aumento dos repasses do SUS para melhorar a qualidade do atendimento médico e hospitalar, peço que assinem essa emenda. A assinatura pode ser virtual, eletrônica, através do nosso site www.neyleprevost.com.br e aqueles que quiserem colher o maior número de assinaturas podem entrar em contato com o nosso gabinete que estarei enviando também o modelo desse abaixo-assinado.

Saúde, deve ser prioridade.

Obrigado, Sr. Presidente. Encerro meu pronunciamento.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, no Grande Expediente, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados.

Estive refletindo um pouco sobre a vinda do Secretário da Segurança nesta Casa, e até porque ainda não temos conhecimento como será a Sessão Pública, ou a vinda do Secretário, e certamente pelo número de Parlamentares que vão fazer uso da palavra naquele dia, para esclarecimentos com o Secretário, resolvi começar no dia de hoje, trazer ao conhecimento da população, a população já conhece, cada um conhece a sua realidade. Lá em Campo Mourão a população sabe onde está instalado o problema, se a Segurança Pública lá funciona ou não, assim com qualquer Município do Estado do Paraná.

Não vejo a presença do Líder do Governo, mas que as minhas palavras sirvam já de questionamento para o Secretário na terça-feira, porque o que eu não quero que aconteça comigo e com nossos colegas é que, por falta de tempo, não possamos colocar para o Secretário o que é que vemos na Segurança Pública do Paraná.

E hoje pela manhã, segundo as informações, porque assisti a "escolinha", segundo o Secretário, ele disse que o Estado que mais investe em Segurança é o Estado

do Paraná. Então, ele tem que prestar contas para nós, porque se o Estado do Paraná é o que mais investe em Segurança, está sendo investido mal. Algo tem de errado, porque o Estado que mais investe em Segurança não pode ter instalado no Estado do Paraná o caos na Segurança. Nós conseguimos, proporcionalmente, o que vou falar aqui, temos o dobro de homicídios do que o Estado de São Paulo.

Então, se o Secretário afirma que é o Estado que mais investe, aí já está um problema que o Secretário da Segurança deve a esta Casa uma explicação.

A segunda questão: o Secretário teria que ter - e quem sou eu para dar ensinamentos aqui de boa convivência para o Secretário? Mas certamente que sirva para ele refletir - eu li nos jornais que o orçamento do Estado vai diminuir em 5% o orçamento da Secretaria da Segurança. O que o Secretário da Segurança Pública tinha que estar fazendo? Estar em contato com os Parlamentares, procurando formar uma grande bancada aqui para preservarmos os recursos da Segurança Pública do nosso Estado. Mas ele tem um medo enorme desta Casa, ele não é chegado nesta Casa!

As pessoas que estão assistindo a TV MERCOSUL, a TV SINAL, pessoas que talvez estejam ouvindo o meu pronunciamento e estejam dizendo: "ah, mas não me interesse esse problema de Segurança." Eu quero dizer a esse cidadão que assiste a TV Assembleia neste momento: preste atenção no que vamos relatar aqui. O que está acontecendo com muitos paranaenses poderá acontecer com você, que nunca teve um problema de Segurança na sua família ou na sua casa.

Comecei a ficar contente, porque até agora, Douglas, Deputado Elio Rusch que é o nosso líder, até o presente momento quem faz as críticas da tribuna sempre são os Deputados de Oposição, mas hoje as críticas começaram a ter mais legitimidade. Professor Lemos, senti que estamos ganhando adeptos a críticas às questões graves que enfrenta a Administração Pública Estadual. Vi aqui V. Exa. falando de Ortigueira, se não me falha a memória, e gostaria que V. Exa., como é um dos representantes da área da Educação, inclusive no seu pronunciamento e nas suas críticas veementes que vi aqui hoje e fiquei admirado pela sua posição, porque soma-se às críticas dos Deputados de Oposição, inclua nos seus pronunciamentos, porque tivemos escolas na Região Sul do Estado que, quando choveu, há 15 dias, ficaram dois, três dias sem aula, porque chovia mais dentro do que fora da escola.

Mas passo aqui a relatar alguns fatos, Deputado Dobrandino, que não faço com prazer, faço com a preocupação de alguém, eu ia ligar agora para o Requião, tenho o número dele, é claro que quando ele ver Rossoni talvez não atenda, mas ontem tivemos uma conversa amena aqui na Mesa, eu ia ligar pra o Governador Requião para ele ouvir, porque ele ouviu o Secretário da Segurança hoje falando maravilhas da Segurança Pública do nosso Estado. Agora vou passar a mostrar os horrores

da Segurança Pública. Seria tão bom se o Governador, neste momento, ligasse a TV SINAL e visse que o que o Secretário da Segurança está falando para ele não é verdadeiro. O Secretário da Segurança falta com a verdade, o Secretário de Segurança tem que ter a responsabilidade de chegar para o Governador e dizer onde estamos gastando os recursos da Segurança e por que é que os nossos resultados na Segurança Pública são tão pífios.

Quero citar aqui um dado, Deputado Cheida, como homenagem a V. Exa., pelo grande Parlamentar que é. Eu estava vindo para este Plenário, dizendo que falaria de Segurança Pública, e estava com um cidadão de Londrina, e vocês sabem o que ele me contou que acontece no calçadão em Londrina, quando os aposentados vão receber a sua aposentadoria? Aquelas pessoas mais de idade saem do banco e são assaltadas no calçadão. Isso vem acontecendo há muito tempo e não é tomada nenhuma providência. Agora está acontecendo, e não é exclusividade de Londrina, isso acontece em União da Vitória, em Umuarama, Cascavel, Campo Mourão e não há providências.

Imagina o cidadão que vai receber a sua aposentadoria no banco, no centro de Londrina, e sabe o que poderá ser assaltado. Esse cidadão que me falava da situação disse que agora os aposentados estão sendo acompanhados por algumas pessoas da família, porque aquele recurso da sua aposentadoria é a garantia do sustento, da compra dos remédios para aquele mês.

Mas quero contar um outro fato, sou uma pessoa persistente, tenho talvez mil defeitos, mas tenho algo que não perco o foco. Falamos em Secretaria da Segurança, houve aqui toda uma polêmica e eu sai em busca de informação. De um lado, soltei um carro com assessor de imprensa, fotógrafo, um motorista para percorrer algumas regiões. De outro lado saiu o Deputado Rossoni, também com um jornalista, um fotógrafo e também algumas visitas. O pior é que eu me assustei com a minha região. A região de União da Vitória, vejam, a nossa Segurança está tão pobre que agora - veja eu falando de Segurança a manhã inteira - chegaram na minha sala alguns estudantes, junto com professor, já era 1h da tarde, eu não tinha almoçado, e convidei-os para almoçar. Nem conhecia os estudantes e eu falei: olha, não posso dar muita atenção para vocês porque estou preparando uns números para falar de Segurança. Nessa equipe de estudantes tinha uma professora de Contenda, e ela me disse: "Rossoni, a minha chácara foi visitada, nos últimos 30 dias, seis vezes pelos ladrões". A chácara dessa professora que estava na minha sala. E aí questionei a professora: quantos policiais militares tem em Contenda? Dois. Dois policiais militares. Quer dizer, uma hora eles vão dormir. Ao irem dormir, vai ficar sem policiais, porque eles trabalham em dupla. Se trabalharem de dia, não trabalham à noite; se trabalharem à noite, não trabalham de dia. E é claro que a chácara da professora foi visitada seis vezes, e quantas pessoas estão nos assistindo agora que

foram visitadas e não registraram a ocorrência, porque sabem que a Segurança do nosso Estado é um descaso.

Agora, o que foi mais inusitado foi um Município que visitei, aí sim me desculpem o que aconteceu. Marcaram a entrega de um veículo em um determinado Município, não vou dizer o Município e nem a região para não procurarmos o Deputado. Marcaram a entrega do veículo, reuniram Prefeito, autoridades, parecia a terra do Odorico Paraguaçu. E quando foram entregar o veículo, qual foi a constatação que a população chegou? Que o veículo era usado, e além de tudo não tinha pneus. Essa é a Segurança Pública do nosso Estado. Tudo isso são questionamentos que espero que o Secretário traga.

Ora, agravou-se a situação. Vejam o seguinte: ouvi que o Governo do Paraná vai contratar 2 mil e 500 policiais. Ora, um Governo que está com o caos instalado da Segurança Pública do Estado. Ele vai contratar? Não, ele não vai contratar. Dois mil, desculpa, aumentei 500, é porque torço que seja mais. Dois mil policiais militares, mas eles vão agora chamar para a inscrição. Daí depois vem o concurso. Depois vem o treinamento. Tomara que não façam novamente, em chamar os policiais militares para trabalharem antes de terminar o treinamento.

Se o Governo estivesse preocupado com a situação da Segurança, ele já tinha feito concurso. Ela já tinha conhecimento da situação de Segurança, que foi um grande problema que ele enfrentou na reeleição, ele poderia já ter contratado esses policiais militares. Porque se em Contenda tem dois policiais militares, imaginem quantos Municípios do Paraná têm um, ou têm dois. Tenho certeza absoluta, se fizermos um levantamento no Paraná, temos mais de 100 Municípios com dois policiais militares. É por isso que a situação se avoluma.

Vou dizer alguns números, vejam a Delegacia de São Mateus do Sul, que não é uma grande Cidade, ela tem 20 lugares, tem 63 presos. Então, lá dentro do local onde eles ficam presos, um deita o outro levanta, porque não tem lugar para todo mundo deitar.

A Delegacia de União da Vitória tem lugar para 16 presos. Tem 85 presos, mas aí vem o mais importante, faltando lugares na Delegacia de União da Vitória - eu não sabia, só fui ter o conhecimento por estar fazendo o levantamento - transformaram as Delegacias dos Municípios vizinhos à União da Vitória em minipresídios. Por exemplo, esta aqui União da Vitória, Cidade-polo, que devia ter 16 presos, tem 85 e falta lugar. Aí tem quatro ou cinco Municípios ao redor de União da Vitória, 10, 20, 30 quilômetros, e transformaram as Delegacias em minipresídios. Por exemplo, a Delegacia de Porto Vitória, que é um Município de 5 mil eleitores, 8 mil habitantes aproximadamente, transformou-se num minipresídio feminino, tem lugar para quatro presos, mas tem 12.

Na minha visita na quinta-feira, tinha acontecido o inusitado, porque à noite essas presas femininas, elas ficam na Delegacia sem carcereiro. Aí à noite o namorado de uma das presas achou que tinha que liberá-la. Foi lá, fez um buraco na parede, porque a Delegacia não é de

segurança máxima, porque não é presídio, é Delegacia, fez um buraco e levou embora uma das presas. Onze presas ficaram tomando banho de sol, porque o delegado chegou a 10h da manhã e elas disseram que não quiseram fugir.

Esta é a figura da Segurança do nosso Estado. Poderia citar aqui mais 20 casos que eu busquei as informações. Essa é a Segurança do nosso Estado. Transformar. Daí tem a Delegacia de outro Município do mesmo tamanho, Paula Freitas, a nossa Deputada conhece a nossa região, porque ela vem de União da Vitória também, eles transformaram a Delegacia de Paula Freitas no presídio dos presos mais perigosos, onde não tem carcereiro, delegado.

Um outro fato que eu também quero que o Secretário me explique: fui fazer um levantamento da Delegacia e Guarapuava e região e encontrei já um problema. Tem uma delegada que é responsável por 25 Municípios. V. Exa. acha que essa delegada pode e tem capacidade de dar atenção para 25 Municípios? Não tem! Além de Guarapuava ela tem 25 Municípios! E V. Exas. acham que isto é só em Guarapuava?

Uma outra situação: a questão dos IMLs. Cito duas Cidades que conheço a situação: União da Vitória e Guarapuava. Se acontecer lá um assassinato, um homicídio, um acidente, esta pessoa que vier a falecer, terá que passar por uma necropsia. Então, o que está acontecendo nesses Municípios? E tenho certeza absoluta que não é só Guarapuava e União da Vitória. O que acontece? Ou vem para Curitiba, fica aqui uma semana e a família esperando para fazer o enterro lá, ou a pessoa é enterrada sem fazer a necropsia. É falta de responsabilidade o que está acontecendo. Em União da Vitória tenho fatos de que o cadáver ficou mais de dois dias e eles não sabiam qual o IML que iria atender a ocorrência.

Está é a Segurança que o Secretário diz que está tendo o maior investimento no nosso Estado.

Para que eu possa dar oportunidade e transformar meus questionamentos para o Secretário, o que eu não quero é que o Secretário chegue aqui e diga: "Ah, o Rossoni foi lá e amarelou". Não vou amarelar. Agora, não vou ter tempo para falar meia hora. Sei que regimentalmente não tenho, mas que meus questionamentos, espero que alguém do Governo esteja ouvindo, porque se o Secretário não falar sobre estas questões do IML, de Cidades com dois policiais militares, Delegacias superlotadas, transformações de Delegacias de Cidades pequenas em minipresídios, quero explicação para isso. Não venham me dizer que eu não questionei. E não estou falando, ainda, dos casos mais graves. Tenho aqui alguns números, que depois eu relato, enquanto acho no papel.

Enquanto isso concedo apartes.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Muito obrigado pelo aparte que V. Exa. me concede.

Ouvi V. Exa. falar e fiquei pensando: “Ele deve estar falando da região de Campo Mourão”. Mas eu não fiquei sabendo que ele andou por lá. Porque o que V. Exa. coloca aí é exatamente, com algumas particularidades, o retrato da região de Campo Mourão. Os policiais trabalham muito, eles não têm culpa, mas é que eles não têm nem colegas de trabalho o suficiente para poder fazer o serviço.

Tenho um caso, aconteceu nesta semana, de Iretama, que é uma Cidade vizinha de Campo Mourão, onde um pequeno produtor foi assaltado, à noite, e até agora a Polícia não sabe nem notícia. “Ah, você não quer que aconteça um assalto”. Tudo bem se acontecesse um assalto. Mas pegue um pequeno produtor, a cominhonete do pequeno agricultor, a geladeira da casa do pequeno agricultor, utensílios de cozinha, coloque em cima da caminhonete e leve embora. E a Polícia fica perdida, porque não tem estrutura. E nem é bom falarmos isto, porque de certa forma os bandidos também ficam sabendo.

Eu fiquei sabendo hoje, não ouvi a “escolinha”, tinha outros compromissos, mas que o Secretário, virava e mexia, falava do Jaime Lerner. Então, não quero que o Secretário venha aqui falar do Jaime Lerner, porque eu não era Deputado na época do Jaime Lerner. Quero saber da realidade de hoje, da solução dos problemas que tem hoje, falta de policiais que V. Exa. falou, presídios e cadeias públicas superlotadas. Cadê as celas modulares que promoveram, que ia resolver o problema? Cadê? Ninguém mais fala nisso! Mesmo no dia que o Secretário estiver aqui e que ele já anunciou, dizendo que aqui tinha um monte de urubu, aqui tem um monte de Deputados, 54 Deputados responsáveis e preocupadíssimos em ajudar a Segurança Pública do Paraná. Ele pode pedir mais orçamento para o Governo do Estado que, com certeza, vamos aprovar, porque o que queremos é solução para a Segurança Pública do Paraná.

O Sr. Mauro Moraes (PSDB)

V. Exa. reportou o orçamento que foi encaminhado a esta Casa, com quase 80 milhões de orçamento a menos para a Secretaria da Segurança. Infelizmente, ao invés de aumentar frente ao caos que estamos vivendo em todo Estado do Paraná, temos orçamento de quase 100 milhões menor do que o que está sendo gasto este ano.

O pior de tudo é que falaram que vão contratar 2 mil policiais. A minha conta não bate. No ano passado tínhamos, no item pessoal, 1 bilhão e 13 milhões. Falaram que a minha emenda era inconstitucional e não dava para contratar ninguém na Segurança e muito menos na Polícia Militar. Nós tínhamos no orçamento 1 bilhão e 13 milhões.

No orçamento de pessoal veio a menos 170 milhões, veio com 846 milhões. Como é que vamos contratar 2 mil homens se temos um orçamento inferior do ano passado que não se contratou ninguém, absolutamente? A minha conta efetivamente não está batendo. Essa é uma preocupação constante nossa. Efetivamente

não poderemos falar no dia que o Secretário vir a esta Casa, porque teremos três minutos cada um.

O senhor falou em dois policiais. Não é verdade! Temos vários Municípios no Paraná que temos apenas um policial atuando. Em considerando que eles trabalham em turno de 12 por 24, efetivamente pasamos a maior parte do tempo sem policial nenhum em nossa Cidade.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Queria fazer o registro, Deputado Rossoni, que o “Xerife do Paraná”, aquele que assumiu o Governo há sete anos, esbravejou aos quatro cantos deste Estado e dizia que no Paraná o problema de Segurança era com ele, e batia no peito, que não teríamos mais problemas.

Esse Xerife, chama-se Roberto Requião. O Paraná triplicou a sua população nos últimos 20 anos e o número de policiais militares praticamente o mesmo, em nada alterou.

Agora anunciam concurso. Sabem por quê? Precisamos tapar o sol com a peneira. Eles anunciam, a contratação e o concurso, porque eles sabem perfeitamente que esses militares serão contratados no próximo Governo, eles têm que dar uma satisfação à população. Deveriam ter contratado lá atrás, porque o problema de Segurança é muito sério neste Estado. Já afirmei nesta tribuna que mais de 68% da população paranaense clama por Segurança e o Governo nada faz.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O que é mais grave do que constatei, em contato com delegados, em contato com Coronéis, com pessoas que estão no comando da Polícia Militar e da Polícia Civil, é claro que não vou citar nomes aqui, é a falta de liderança que o Secretário tem. Você não vê uma pessoa que diga que o Secretário tem. Você não vê uma pessoa que diga que o Secretário é competente, que é uma pessoa que tem diálogo; que ouve a sua corporação, que vê os clamores e debate a Segurança. O pior que constatei nesse episódio é que o Secretário não lidera, porque você não impõe nada na vida. Sempre digo para as pessoas que trabalham comigo que se você é diretor de uma empresa, você tem que ser diretor por competência e não por nomeação, você tem que ganhar aquelas pessoas que você lidera pela competência, e não vejo isso no Secretário.

Concedo um aparte ao Professor Lemos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Quero reafirmar aqui que sempre somos a favor daquilo que entendemos que é importante para a população do Paraná. Fazemos críticas quando entendemos que temos que fazer e apoiamos quando temos que apoiar.

Dizer que fizemos uma Audiência Pública aqui, da qual participaram 18 Deputados, mais de 400 policiais, de Soldado a Coronel, no dia 23 de setembro, e protoco-

lamos a PEC n° 064. Essa PEC precisa vir a Plenário para que possamos votar para respeitar o policial civil e militar do Estado do Paraná, dando a redação que a Constituição do Paraná precisa dar, combinando com a Constituição Federal, que foi mudada há mais de 11 anos. Os nossos policiais estão ganhando menos, proporcionalmente, do que ganhavam em 1998.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte e concedo um outro aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

São 2 mil policiais, dividindo para 399 Municípios. Quer dizer que vamos contratar cinco policiais para Curitiba, cinco policiais para Ponta Grossa, cinco policiais para Londrina. É uma verdadeira piada. Não vai resolver em nada o problema da Segurança. E a preocupação é que tem um projeto nesta Casa para colocar no olho da rua os vigilantes. Então, tomara que esse concurso não seja um veneno para matar os vigilantes, porque estão querendo retirar o emprego dos vigilantes.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputada Cida, o Deputado Elio Rusch me concedeu três minutos do horário da Liderança da Oposição.

Concluo e acho que os apartes já foram dados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Não há divisão. V. Exa. fará uso do horário por inteiro.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Mas Presidente, sempre de praxe, aqui na Assembleia, houve essa divisão. Por inúmeras vezes o Deputado Nelson Justus já fez isso, dividir o horário para que o Deputado que está na tribuna possa terminar.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Deputado Elio, quero que V. Exa. entenda que assumimos interinamente a presidência, a pedido do Deputado Nelson Justus, e o que entendo dentro do Regimento é que não há divisão no horário da Liderança da Oposição, mas o Deputado tem o tempo de mais um minuto para concluir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, concluo. Vamos reservar o tempo da Liderança da Oposição na eventualidade do Líder Elio Rusch, ou até na eventualidade de precisarmos continuar este debate.

Quero cumprimentar os Srs. Deputados, mas gostaria que todos esses questionamentos, e esses fatos que eu trouxe aqui, que fossem transformados em questionamentos ao Secretário da Segurança. Ele que não pense que virá aqui e terá moleza. Ele terá que responder essas questões, porque certamente é muito fácil ir à “escoli-

nha”, mas aqui, é uma pena que o Regimento nos bitole, mas certamente espero que o Secretário explique essas situações que eu trouxe aqui no dia de hoje.

Agradeço a compreensão de V. Exa.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Horário das Lideranças: Bloco PSB/PRB/PV. Com a palavra o Deputado Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores.

Há alguns meses, Deputado Elton Welter, quando lia os noticiários on-line dos principais meios de comunicação do nosso País, me espantei quando deparei-me com uma situação extremamente delicada que ocorreu no Estado de São Paulo. A saber, o material didático adquirido pelo Governo do Estado, e consequentemente distribuído às escolas públicas do Estado de São Paulo aos alunos de 3ª série, com uma média de idade de oito, nove anos, continha nada menos, nada mais do que palavrões, conteúdo sexual e referências ao crime organizado. Tamanha a gravidade do equívoco, do erro, por parte da Secretaria da Educação do Estado vizinho, que a Promotora da Infância e da Juventude da Capital de São Paulo abriu um procedimento cobrando explicações da Secretaria da Educação.

Pois bem, Deputado Neivo Beraldin, sabendo que a função do Deputado, do legislador, além da função que o nome propriamente dito já insinua, que é legisferante, criar leis, temos como função fiscalizar as leis, fiscalizar o comportamento do Estado, do Poder Executivo, suas Secretarias competentes. Então este Parlamentar, desde então, passou a dar uma atenção diferenciada a esse tema, até que culminou hoje em uma visita à Secretaria da Educação para que eu tomasse conhecimento, Deputado Elio Rusch, de qual é o mecanismo ou quais são os critérios no nosso Estado para a aquisição dos livros didáticos. Porque sabemos que do momento que há a ingerência, a figura humana, qualquer departamento, qualquer grupo organizado, é composto de pessoas suscetíveis a erros, a falhas. Errar é humano como já diz o ditado popular, Deputada Rosane.

Então, o que fiz? Fui até a Secretaria da Educação, fui atendido pela chefe do Departamento de Educação Básica, a professora Marilane Rutner, que diga-se de passagem é uma sumidade, uma pessoa brilhante, uma pessoa que, nas suas palavras e nos seus atos, mostra competência, mostra que tem habilidade para ocupar a função, e de forma brilhante elucidou todas as minhas dúvidas.

Ora, quando impulsionado e compelido pela preocupação de pessoalmente saber quais os critérios, os mecanismos que desencadeiam a escolha dos livros didáticos que vão para as mãos dos nossos filhos, nossas crianças no Estado do Paraná, inevitavelmente acabei tocando no quesito ensino religioso. Trocamos experiências e opiniões a respeito do ensino religioso em nosso Estado, que permanece facultativo, opcional, e penso que deve assim permanecer.

Trouxe este assunto porque era do meu conhecido a existência de uma comissão e eu julgava, Deputada Rosane, que quando se fala em avaliação do livro didático, do material didático como um todo, em nosso Estado, existissem várias comissões às quais esses livros eram submetidos, e cada comissão dava seu parecer, a exemplo da Assembleia Legislativa, Presidente, quando determinada proposta de lei é submetida aos Parlamentares, até que culmine a vinda ao Plenário para que seja votado. Mas não é assim que funciona e, muito menos, existem essas comissões. Existem professores que são selecionados pelo MEC e esses professores, que não se conhecem, acabam cruzando seus pareceres até culminar na aprovação ou não de um número de livros.

Ora, assim como me preocupou a questão de que com todo aparato que certamente uma Secretaria da Educação possui, ainda mais do Estado de São Paulo, passou de forma vergonhosa um material didático contendo expressões sexuais, palavrões, palavras de baixo calão e tudo que você possa imaginar de assustador, obviamente me preocupei em questionar quem é que faz a avaliação moral deste material. Não tenho dúvida que esses profissionais tenham bagagem mais do que suficiente, senhores jornalistas, para dar um parecer no que diz respeito à pedagogia, à forma didática do material, mas e no quesito moral? Quem é que avalia isso? sob qual critério?

Daí surgiu a ideia deste Parlamentar que uma comissão fosse criada, a exemplo da ASSINTEC, que é uma entidade civil, criada em 1973, com o objetivo de auxiliar a elaboração de um material pedagógico para ensino religioso. Ela é formada por Padres, Pastores, religiosos de diversas correntes, a fim também de desenvolver projetos vinculados à formação do professor nas questões didáticas exigidas pela própria disciplina de religião.

A ideia seria que uma entidade como a ASSINTEC, ou uma comissão específica, formada por religiosos, apreciasse esse material didático para que, sob a avaliação desses homens e mulheres, se endossasse ou se avaliasse o quesito moralidade.

É a sugestão deste Parlamentar, uma vez que não existe uma comissão específica para tal, ou uma comissão governamental para isso que, em forma de indicação ou sugestão legislativa, que é uma prerrogativa nossa, se crie então essa comissão ou esse departamento para que, em defesa dos nossos jovens e crianças, se cuide de avaliar todo material didático disponibilizado às escolas públicas no quesito moralidade.

Não me atrevo a mostrar os recortes deste livro, que erroneamente foi disponibilizado em São Paulo, porque realmente traz expressões muito fortes, palavras de baixo calão, além de insinuações sexuais vergonhasas, impróprias, como bem assumido pela Secretaria da Educação de São Paulo, para as crianças de faixa de idade de oito, nove anos de idade.

Então, essa é a preocupação que eu deixo o registro. Espero que esta Casa se solidarize, some-se não só ao pronunciamento, mas a criarmos mecanismos para que prospere essa ideia da criação de uma comissão que zele também pela observação dos critérios morais contidos nos nossos livros e materiais didáticos do Estado do Paraná. Acredito que seja essa a função do Parlamentar, do Deputado, tão importante quanto a função legiferante, a função de criar leis.

Muito obrigado, senhores telespectadores, Sra. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

PDT.

(Declina)

Liderança do PMDB: com a palavra o Deputado Dobrandino.

(Declina)

Liderança do PMDB: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente Cida Borghetti, demais integrantes da Mesa, Sra. Deputada, Deputada Rosane, Srs. Deputados.

Ouvi hoje aqui, discursos acalorados. Veja que o Secretário da Segurança, Sr. Luiz Fernando Delazari, Deputado Rossoni, foi à Escola de Governo e fez uma apresentação. Eu diria até que foi um preparatório para a vinda, na próxima semana, quando ele estará aqui na Assembleia Legislativa para prestar contas a esta Casa. Quero dizer, Deputado Rossoni, V. Exa. disse, no comitê de imprensa, que tinha dúvida: "Ah, eu não sei se o Secretário virá mesmo à Assembleia Legislativa". Ora, Deputado Rossoni, em primeiro lugar, vamos deixar claro aqui o seguinte: tanto eu, quanto o Presidente Nelson Justus, e nesse caso tivemos, por conta do acordo feito com o Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, só temos uma palavra, não temos duas. O Secretário estará aqui na próxima terça-feira, às 14h30, como acordamos. Ele virá aqui por um acordo formulado entre a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição. E V. Exa., Deputado Rossoni, vai ter a obrigação de formular as perguntas e pedir as explicações que julgar necessárias, e vai também ter que ouvir a prestação de contas que o Secretário tem que fazer.

Ouvi, agora há pouco, V. Exa. falar: “Ah, eu estava conversando com uma pessoa de Ortigueira, que nos últimos 30 dias teve seis vezes a sua chácara roubada”. Olha, deve ter algum ladrão de galinha na vizinhança! Acho que o caso dessas pessoas, obviamente, é caso de Polícia. Mas, Deputado Rossoni, esta Assembleia Legislativa não é uma ouvidoria das reclamações das pessoas que eventualmente tiveram algum tipo de infortúnio, de alguma ação má contra si. Se fosse assim, todos nós poderíamos relatar aqui: “Eu fui assaltado duas vezes este ano”.

Ora, vamos ser sinceros aqui, Deputado Douglas Fabrício. Não vivemos na Suíça, vivemos no Brasil. O Rio de Janeiro, outro dia alguém estava dizendo aqui no plenário, como paradigma do Estado mais interessante do ponto de vista de Segurança Pública, está em uma verdadeira guerra civil, onde os traficantes derrubaram um helicóptero blindado! Por outro lado, todos sabemos que os problemas na área de Segurança Pública são nacionais. Tenho que reconhecer que o Governo do Presidente Lula está interessado, e criou um programa para fazer uma interlocução com os Estados, naquilo que envolve Segurança Pública.

Penso que temos que fazer uma linha do tempo. Vamos buscar os 20 anos em termos de investimentos. Quanto foi investido nos últimos 20 anos, em cada ano e em cada Governo, na área da Segurança Pública? Vamos ver quanto era o efetivo que tínhamos do salário que era pago em valor real. Avançamos muito. Sabemos que o maior problema que temos em Segurança Pública - todo mundo sabe - uma parte é em Foz do Iguaçu, embora tenha melhorado um pouco; Guaíra melhorou muito com a Força Alfa; o mais grave está em Curitiba e Região Metropolitana, justamente nas ocupações irregulares.

Tive o privilégio de criar um programa de regularização fundiária e urbanização das ocupações irregulares. Foi o primeiro programa da história do Paraná. O grande exemplo foi em Colombo, Deputado Strapasson. Trabalhamos juntos com a Prefeita e V. Exa., que à época era Secretário Especial da Região Metropolitana. Escolhemos a Vila Zumbi dos Palmares, onde moram 7 mil habitantes, e mudamos radicalmente o problema da violência. Ou seja, violência se diminui é com urbanização, cidadania, segurança e educação. É desta forma que mudamos essa realidade.

Lembro que no Governo Jaime Lerner, antes do Governo anterior do Requião, trabalhamos na questão da Polícia Militar, que vinha desde o Governo Richa, lembro-me bem no início do Governo Richa. Hoje, o Comandante da Polícia Militar, Coronel Rodrigo, falou que não se lembrava quando começaram os Conselhos Comunitários de Segurança. Publicamente vou dizer ao senhor e a todos que tive o prazer, quando fui chefe de gabinete do Antenor Bonfim, na Secretaria de Assuntos Comunitários, ele fez uma parceria com a Secretaria da Segurança Pública para que fizéssemos o

programa da criação desses Conselhos. Os primeiros Conselhos Comunitários de Segurança foram criados, e eu fui o coordenador desse programa, no sentido de levar a Polícia próxima ao cidadão e obviamente ter a interlocução da sociedade civil organizada, no processo de discussão sobre Segurança Pública. Foi um grande avanço institucional que tivemos naquela época.

Estou me referindo a isso porque desde aquela época começamos a mudar a cada da Polícia. Chega 1995, militarização. Muda-se completamente o eixo daquilo que estávamos falando. Em Curitiba, eles achavam que a solução seria os totens, que era um ícone na Cidade, que não tinha patrulhamento, nada, como se fosse resolver o problema da Segurança Pública.

Dei um exemplo outro dia, que temos que falar as coisas como são. O Prefeito Beto Richa foi escolher para ser Secretário da Antidrogas, um dos mais experientes policiais deste País, o delegado Francisquini. Ao mesmo tempo nomeou um Coronel para ser o Secretário da Defesa Social.

Reconheçamos aqui, conseguimos mudar muito essa realidade? Há uma integração nessa questão que envolve Segurança, há integração, se trabalha de forma articulada entre Município, a Guarda Municipal, a Polícia Federal, as Polícias Rodoviária, Civil, Militar, se trabalha de forma articulada.

Nós vamos, inclusive, o Secretário anunciou hoje, o Governo vai contratar, Deputado Strapasson, mais 500 policiais só para Curitiba e Requião Metropolitana, daqueles 2 mil policiais se acresceu mais 500 policiais só para atender Curitiba e Região Metropolitana, 500 policiais a mais, fora os outros que já estavam previstos. Ou seja, temos que reconhecer que temos avançado muito, e o debate, penso que tem que ser travado, não precisa ser travado em alto nível, não vou dizer, não quero pautar o que vai dizer cada um dos Parlamentares, cada um aqui diz o que quer, tem o seu livre arbítrio, fala aquilo que pretende, mas olha, sinceramente, a discussão tem que ser travada numa esfera que possamos, de fato, ter uma política pública articulada, ver o quanto conseguimos aumentar esses investimentos esses anos todos. Mais do que dobramos os investimentos na área de Segurança Pública, cresceu o nosso orçamento da Segurança Pública, vamos discutir, e olha, Deputado Rossoni, não se preocupe não, eu já conversei com o Deputado Nereu Moura, já conversei com os outros integrantes da Comissão de Orçamento, vamos analisar bem este orçamento, conversei com o Enio Verri, vamos tratar desse tema. Fiquei absolutamente despreocupado, que a Segurança Pública aqui tem os defensores, embora tenha que reconhecer o seguinte: o meu compromisso, a minha maior preocupação como Parlamentar é com a Educação. Acho que esta questão é absolutamente fundamental.

E eu quero até, Deputado, dizer o seguinte: olha, Deputado Professor Lemos, ouvi no gabinete o seu pronunciamento, vou buscar as notas taquigráficas e vou responder ao seu pronunciamento, porque sinceramente, V. Exa. é uma pessoa extremamente incoerente, é muito incoerente. V. Exa. deveria subir a esta tribuna aqui e elogiar este Governo, porque se V. Exa. tiver um mínimo de coerência tem que reconhecer o que este Governo fez pelo servidor público durante anos, durante anos, Deputado. V. Exa. ficou gritando e ninguém lhe ouvia, Deputado Lemos. Este Governo aqui fez mais do que vários outros Governos, mas não quero entrar neste mérito, só acho que V. Exa. é uma pessoa muito incoerente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Deputada Cida Borghetti, que preside a Sessão nesta tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, em especial também as pessoas que nos acompanham através da TV SINAL, TV MERCOSUL.

Deputado Valdir Rossoni, queria comentar um assunto que me chamou a atenção hoje no jornal Gazeta do Povo, em que de uma certa forma o Paraná está sendo prejudicado.

Do orçamento, da verba de orçamento, das emendas coletivas, emendas de bancada no Congresso Nacional, o Paraná recebeu da União só 1,6% do previsto para 2009.

Então, seja só, isto significa dizer o seguinte: que o trabalhador paranaense levanta cedo, trabalha, vai dormir tarde, dificuldade no transporte coletivo, dificuldade na Segurança que estamos falando aqui, dificuldade de muitos deles de arranjar emprego, enfim de uma maneira geral o trabalhador trabalhar, trabalha, paga imposto e aqui no Brasil quatro meses do salário do trabalhador vai para imposto, os outros oito meses é que vai para o trabalhador sobreviver e dar o sustento para sua família. Aí temos a bancada dos Deputados Federais, que fazem a sua parte, porque eles colocaram as emendas no orçamento, colocaram as emendas para que o Governo Federal cumprisse e, na prática, fica só no papel, porque depois o dinheiro não vem. Se cumprirem 1,6% do previsto, significa que o Paraná está pagando imposto, está ajudando a aumentar a arrecadação da União, e na hora deste dinheiro voltar para cá para construir obras, para poder ajudar no desenvolvimento do Paraná, não está vindo!

Se isto está acontecendo, o nosso Governador teria que fazer uma reunião com o Presidente Lula, ele que diz que é amigo do Lula, uma reunião com todos os Deputa-

dos Federais, e cobrar do Presidente Lula que libere esse recurso para os Municípios, porque isso aqui é dinheiro para fazer nos Municípios. Se pegarmos os números: 366 milhões era o orçamento inicial das emendas, eram 20 emendas da bancada paranaense no orçamento da União para este ano, estou falando de 2009, R\$ 366 milhões eram as emendas das bancadas, as emendas de todos os Deputados, inclusive eu participei da discussão do orçamento aqui, não desta agora, desta eu falei com o Ministro Paulo Bernardo direto lá em Campo Mourão mas no ano anterior. Foi feita Audiência Pública aqui, vários Deputados Estaduais, Federais, Secretários Estaduais, Vereadores, Prefeitos vêm à Assembleia, discutem, colocam as sugestões para os Deputados Federais, eles trabalham, conseguem aprovar as emendas, aqui estamos falando de 20 emendas, e na hora de liberar o dinheiro, passa o tempo, já estamos no mês de outubro e o dinheiro não veio para o Paraná. De 366 milhões, 196 milhões foi o que sobrou para o paranaense após o Governo Federal fazer os cortes. Eles tinham colocado no orçamento 366 milhões, o Governo Federal veio com a guilhotina e fez os cortes, sobraram 196 milhões!

Bom, então, de 366 milhões das emendas dos Deputados, virão para o Paraná 196, e eu não estou falando daquelas emendas individuais, aquelas que inclusive eu não concordo; estou falando de emendas coletivas, para projetos importantes para o desenvolvimento do Estado, 13 milhões é o que efetivamente está assegurado ao Paraná este ano, ou seja, apenas 6,82% do total, já com os cortes. Então, 366 é o que foi colocado e aprovado de emendas, 196 ficou porque o Governo fez o corte e acabou liberando 13 milhões para o Paraná inteiro!

Mais um dado: 125 milhões é o valor do empenho de apenas uma emenda do Rio Grande do Sul, que contempla a construção de um trecho de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre. Todas as emendas do Paraná têm dotação de 196 milhões.

Nós paranaenses trabalhamos, pagamos impostos, e na hora de colocar as emendas de bancada dos Deputados Federais, aprovam, o Governo corta um pedaço e do pedaço que sobra o Governo ainda não cumpre, o Paraná não recebe! Aí eu acho que o Governador Requião, que é o Governador do Estado, e olhem só, temos o Ministro Paulo Bernardo que é do PT, que é o Ministro do Planejamento, que é do Paraná, e o dinheiro não está vindo para o Paraná, ele teria obrigação de atender o Paraná por ser paranaense!

Não dá para imaginar, essa notícia que a Gazeta do Povo traz é uma notícia muito ruim para o Paraná e ao mesmo tempo ruim para o PT, porque se estão governando o Brasil e não estão cumprindo com as emendas de bancada, porque a emenda de bancada é aquela emenda, lembrando a todos, de todos os 30 Parlamentares do Paraná, Deputados Federais mais os Senadores. Foi discutido com os Deputados Estaduais, com os Vereadores, com as lideranças do nosso Estado e que infelizmente o

Governo não está cumprindo. Arrecadar, eles gostam de arrecadar; agora, devolver o dinheiro para os Municípios em obras, infelizmente não tem acontecido.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Douglas, estive na condição de Secretário do Esporte e Lazer em Curitiba durante 14 meses e tive êxito com as emendas individuais. Os Deputados Federais e os Senadores do Paraná liberaram R\$ 6 milhões e 100 mil para a Secretaria do Esporte e Lazer de Curitiba. No entanto, a bancada do Paraná fez uma outra emenda coletiva para que se construísse o ginásio de esportes, tão sonhado ginásio de esportes na Cidade de Curitiba, e esse dinheiro efetivamente não foi liberado até hoje e o ginásio continua sendo um sonho.

Agora, acho que o Paraná se articula pouco quando diz respeito à luta em Brasília para liberar recursos. Tenho visto o Ministro Jorge Bernardo, até elogiei outro dia na tribuna, ele tem estado, sim, presente, liberando recursos, acho de bom tamanho, por ser Ministro do Planejamento ele está ajudando muito o Paraná. Mas na verdade, não estamos recebendo aquilo que os outros Estados estão recebendo. Não sei se aqui somos um pouco tímidos na hora de brigarmos coletivamente em prol dos nossos interesses do Paraná; sei que os outros Estados estão na nossa frente. Esta é uma realidade.

Acho que é oportuno o seu pronunciamento por conta disso.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Só para encerrar. Minas Gerais colocou de emendas 911 milhões, o Governo cortou, acabou sobrando 697 milhões. Desses 697 milhões empenharam 318 milhões, mas só cumpriu 230 milhões. pelo menos ainda cumpriu 33% do previsto. O Paraná está cumprindo 1,63%.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

O Governador Roberto Requião está há sete anos no Governo. A pergunta que gostaria de fazer: quantas vezes o Governador reuniu os Deputados Federais? Quantas vezes o Governador reuniu os Senadores da República para trabalhar em conjunto em favor do Paraná? O Governador prefere se isolar, procura fazer os seus rompimentos e aparecer para a mídia ao invés de se reunir com a bancada que está lá em Brasília. Tem um escritório em Brasília, o Governador deveria ter a humildade de chegar com a bancada federal do Paraná para trazer os recursos para o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Não é só questão de humildade, é a responsabilidade. Ele teria obrigação de pegar - e agora é época de discutir o orçamento - ele teria que pegar o avião dele aqui e reunir-se com os Deputados Federais e Senadores

lá em Brasília e falar: "O Paraná precisa dessas, dessas e dessas obras estratégicas." Infelizmente o que estamos vendo é que este ano que passou o Paraná pegou 1,6%. E o ano que vem, ano de eleição, fica pior ainda.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado, quantos asilos, creches, escolas, instituições nos pedem para apresentar emenda ao orçamento, hospitais. E quanta fantasia, quanta mentira. Não é só lá em Brasília, não. Aqui também! Apresentamos emendas e o Deputado é feito praticamente de palhaço. Fica só no papel, a entidade acaba não recebendo a verba e não há nenhuma punição para quem não cumpre a lei. às vezes a creche, o orfanato, o asilo está na expectativa de receber aquela verba que apresentamos no orçamento, e ela não chega nunca, porque há critério político e não critério social. Não há o critério da vida, da saúde e do respeito que o Paraná deveria ter.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Belinati.

Só para concluir, mostrar realmente que o Paraná está perdendo, e por falta de articulação do Governo do Estado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Democratas, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, uma informação um tanto quanto importante para o nosso Brasil, em especial para a agricultura.

Ontem, o Ministro da Agricultura anunciou aqui em Curitiba, uma reivindicação muito antiga e muito debatida também nesta Casa, pelos Srs. e Sras. Parlamentares, que é com relação à lei dos fertilizantes. Nós, há bastante tempo, já alertávamos nesta Casa da importação dos insumos, dos fertilizantes que o País fazia. Em torno de 75% do que se consome no País vem do estrangeiro, é importado. Com essa lei dos fertilizantes que está sendo elaborada por técnicos do Ministério da Agricultura, que será encaminhada ao Congresso Nacional até o final do ano, possibilitará a regulamentação da extração de minérios, desses insumos dos fertilizantes, das jazidas existentes no nosso Brasil.

Para vocês terem uma ideia novamente aqui vamos relatar, lá na Floresta Amazônica tem a grande reserva do potássio. Um dos insumos dos fertilizantes, sendo essa jazida a 3ª maior jazida do mundo. Para vocês terem uma ideia 90% do potássio, ele é importado do Canadá e também da China, 90% daquilo que nós utilizamos no nosso Brasil. Também temos 20 jazidas de fósforo no nosso ter-

ritório brasileiro. Sendo que dessas 20 jazidas 10 delas só são exploradas. Repito: 20 jazidas de fósforo, maior parte delas lá na Região Nordeste e das 20, 10 só são exploradas. Das 10, oito nas mãos de uma só empresa. Uma só empresa, que produz os insumos para fertilizantes no nosso País.

Então a verdade é que se torna verdadeira as informações trazidas pelo Ministro, porque não depende só dele, depende também do Congresso Nacional. Teremos no decorrer de oito anos, autossuficiência na produção de fósforo e, também em 10 anos seremos autossuficientes e exportadores de potássio.

O mais importante de tudo que estou falando, é que teremos um custo de produção por estar aqui em nosso País essas jazidas muito baixas e os produtores rurais do Brasil, terão a possibilidade de comprar adubos mais baratos. Para ter uma ideia, o adubo no custo de produção dos alimentos, ele tem um peso de 25% a 30% do custo dos alimentos e dos fertilizantes. Naturalmente, nós tendo a condição de explorar essas jazidas no Brasil, os preços vão cair. Caindo os preços dos fertilizantes naturalmente os produtos, os alimentos vão chegar mais barato à mesa do produtor. O segmento do agronegócio, os agricultores do nosso País vão poder, naturalmente, ter nas sua atividade uma remuneração mais importante, de uma forma tal, que possam eles viver com as suas famílias numa condição boa como todos nós desejamos.

Queria aqui deixar registrado, ressaltar novamente o nome do Ministro paranaense Reinhold Stephanes, que já há bastante tempo vem cobrando para que o Governo Federal, possa fazer a utilização dessas jazidas existentes. Só agora, depois de um amplo confronto até mesmo com o Ministério de Minas e Energia, que tem resistido a ideia de facilitar a exploração desses minérios e parece-me, que de acordo com as informações do Ministro Reinhold Stephanes até o final do ano teremos uma legislação, que vai facilitar a produção dos insumos dos fertilizantes e quem ganha com tudo isso é o povo brasileiro, é o nosso País e em especial o agricultor.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Ouçõ com muita atenção seu pronunciamento e quero parabenizar V. Exa., pela defesa que o senhor sempre tem feito em favor da agricultura do nosso Estado. O nosso partido e o senhor como democrata, sempre fazemos as nossas críticas quando necessárias são.

O Governo Federal, o Presidente Lula que pertence ao PT, somos adversários, o PMDB no Estado do Paraná, somos adversários, mas sabemos reconhecer quanto pessoa que ocupam cargos importantes tanto na esfera Estadual, como na esfera Federal, quando desempenham a sua função voltada para o interesse e o desenvolvimento do nosso Estado.

O Ministro Reinhold Stephanes, está fazendo um excelente trabalho na agricultura em favor do desenvolvimento, combatendo exatamente o Ministro

do Meio Ambiente Carlos Minc, quando no momento querem aumentar a produtividade do Brasil por área de terras e, quem tem que assinar esse decreto é o Ministro do Meio Ambiente e o Ministro da Reforma Agrária. Também o Ministro da Agricultura já declarou que não assina esse decreto porque é contra o interesse do setor produtivo e do agronegócio no nosso Brasil. É a mesma coisa que o Ministro faz agora com suas declarações em relação ao fertilizante que é usado e, V. Exa. com muita propriedade diz que os custos finais da nossa produção do alimento 25% são derivados do adubo.

Parabéns a V. Exa. quero render as minhas homenagens e o trabalho que o Ministro Reinhold Stephanes está fazendo na agricultura, em defesa da agricultura e agronegócio no Brasil inteiro.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço suas colocações é muito importante falar da questão da produtividade. Estão querendo fazer com que através de uma pressão do Movimento Sem Terra, possam eles modificar os índices de produtividade. Só uma coisa tem que ser muito bem discutida. Não pode ser discutida a toque de caixa, porque na minha avaliação, o que irá acontecer caso venham a mexer nesses índices será um grande conflito no campo, um grande conflito no interior do nosso País. Isso nós não queremos. O que nós queremos são ações concretas do Governo, que possibilitem maior renda para a propriedade rural possam viver em uma condição boa com seus familiares, não procurando as grandes Cidades.

O Sr. Elton Welter (PT)

Quero me solidarizar ao pronunciamento que V. Exa. fez desde o início, apesar de não concordar. Tem que atualizar os índices de produtividade, faz 30 anos e as propriedades do meu pai colhem o dobro já. Tem que atualizar o índice de forma natural, sem paixão política e questão ideológica.

Com relação aos fertilizantes e V. Exa. foi muito feliz quando falou, travou grandes debates aqui, remeteu documentos ao Congresso Nacional. O Presidente Lula se convenceu que é fundamental que tenhamos que criar condições para explorar as nossas jazidas, principalmente de potássio, que V. Exa. já se referiu e fósforo e, criando condições para baratear custo de produção. Pediu-se estudos ao Ministro Stephanes, haja investimentos, para baixar custo de produção.

Tenho convicção que nos próximos anos, apesar da exploração ser muito demorada, até que consigamos explorar e ter resultados, mas começou-se. Até que enfim! Porque hoje existe esse monopólio internacional que domina os fertilizantes. Com essa intervenção forte que o Estado brasileiro vai fazer, vamos ser muito mais competitivos com o mundo na produção de alimentos.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço suas ponderações e uma questão importante, depois de muito debate nessa Casa trazendo discussão onde todos os Parlamentares aqui emitiram a sua opinião, tiveram condições de ser exatamente aquilo que acontece com a agricultura, em especial com o custo dos fertilizantes.

Só para encerrar, quero deixar registrado, para que as pessoas que estão nos acompanhando aqui na Assembleia e muitos através da TV SINAL, tivemos uma determinada fórmula que foi vendida no ano de 2008. E deixar claro, o ano de 2008, que teve o dólar com um dos menores preços da sua história, estava a R\$ 1,60 cada dólar. O dólar havia recuado significativamente e se pagou de uma fórmula determinada no ano de 2008. R\$ 2 mil e 200.

Com os problemas da agricultura, a pouca produtividade, enfim, todos os problemas envolvendo até mesmo o mercado, hoje esta mesma fórmula, que era de R\$ 2 mil e 200 está sendo vendido na casa de R\$ 1 mil. Menos de 100%. Quer dizer, caiu 100% o valor do fertilizante. Imaginem o quanto estas indústrias ganharam de dinheiro no ano de 2008, se este ano eles estão vendendo 100% o valor a menos do que estava, naquele ano.

Então, esta atitude do Ministro, do Governo Federal, tem que ser ressaltada e dizer que depois que estiverem sendo exploradas estas jazidas, quem vai ganhar é o brasileiro e em especial o agricultor.

O SR. PRESIDENTE (Durval Amaral)

Ninguém mais desejando fazer uso da palavra.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 596/09, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária desta terça-feira, dia 20, por estar acompanhando como Presidente da Comissão de Educação e Cultura desta Casa, a realização da Conferência Municipal da Cultura do Litoral do Paraná, em Pontal do Paraná. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 905/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de 01 (um) Posto do Instituto Médico Legal - IML no Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 906/09, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construir um grupo de trabalho que estude e elabore a proposta de instituir a Política Estadual de Serviços Ambientais e Implantação do Pro-

grama Estadual de Pagamento de Serviços Ambientais no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5086, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 19 de outubro do corrente ano, devido a compromissos na condição de Presidente da Comissão de Saúde, com a Associação Médica para tratar da luta pela regulamentação da Emenda nº 29. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5087, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Ordinárias realizadas nos dias 13 e 14 de outubro do corrente ano, em virtude de compromisso Parlamentar assumido no Município de Campo Mourão. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª Discussão**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública a ALUÁ - Organização para o Desenvolvimento da Cultura, Arte e História Afrobrasileira e Africana, com sede em Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS DA CCJ. APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a AMA - Associação Mantenedora de Apoio à Criança de Risco de Câncer, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Muni-

cípio de Verê. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a UNARBAN - União das Associações de Moradores e Clube de Mães da Regional Bairro Novo, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Melhor Idade do Bairro Novo e Sítio Cercado, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado artigo por artigo.

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/09, de autoria do Deputado Duflío Genari, que declara de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR, com sede e foro na Cidade de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 077/09, que objetiva dar nova redação ao parágrafo único, do artigo 2º da Lei nº 15724, de 10/12/07, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado do Paraná - PRO-APL. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 105/09, de 14/09/09, em Mensagem)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 467/09

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 467/09, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dar nova redação ao parágrafo único, do artigo 2º da Lei nº 15724, de 10/12/07, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento do Programa de Apoio aos

Arranjos Produtivos Locais do Estado do Paraná - PRO-APL.

Competência e Previsão Legal

Primeiramente, é indispensável análise no aspecto da competência constitucional para iniciar o presente projeto de lei, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de competência do Governador do Estado a iniciativa para tal propositura.

O artigo 65 c/c artigo 87, e incisos, da Constituição do Estado do Paraná, assegura ao Governador de Estado, iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação desta Casa de Leis, assim vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em Lei.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XIV - enviar à Assembleia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembleia;

O artigo 134 da Constituição Estadual, demonstra que a matéria tratada é de iniciativa do Governador do Estado, devendo ser apreciado pela Assembleia Legislativa.

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.

A Constituição Estadual, através do artigo 135, inciso V, autoriza o Poder Executivo, a abertura de crédito suplementar ou especial com autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, com autorização da Assembleia Legislativa.

Art. 135. São vedados:

V - A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Assim, fica demonstrado que a matéria apresentada neste projeto lei, é de competência administrativa do Governador do Estado, uma vez que trata de autorização desta Casa de Leis, para contratar operação de crédito.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado pelo Governador, pois o mesmo tem prerrogativa e competência para a proposição de Lei Estadual, para realizar operações de crédito.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela consti-

tucionalidade, vez que o projeto lei, não encontra nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 521/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que declara de utilidade pública a ABDHISCER - Associação Beneficente dos Diabéticos e Hipertensos do Sítio Cercado e Região, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 113/09, de 28/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 521/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, tem por objetivo declarar de utilidade pública a ABDHISCER - Associação Beneficente dos Diabéticos e Hipertensos do Sítio Cercado e Região, com sede e foro no Município de Curitiba - Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar n° 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 06/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 538/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação do Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Irati - ANAPCI, com sede e foro no Município de Irati. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 115/09, de 30/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 538/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de utilidade

pública a Associação do Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Irati - ANAPCI, com sede e foro no Município de Irati.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar n° 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Sobre a mesa, Requerimento n° 5074, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5075 a 5077, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5079, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5080 a 5085, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5090 a 5091, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5092 a 5112, 5114 a 5128, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5129, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, apenas para dizer que fui chamado a atenção por um colega e queria fazer uma correção. Estava usando à tribuna falando sobre a questão da violência urbana e, citei o episódio do Rio de Janeiro, em que um helicóptero blindado foi alvejado por supostos traficantes. Efetivamente as pessoas entenderam ou eu acabei dizendo que: o helicóptero havia sido derrubado e o pior, caiu. Na verdade onde se lê derrubado, leia-se alvejado. Porque foi alvejado o helicóptero, lamentavelmente caiu, onde perderam a vida dois policiais, em um

episódio grave e que é motivo de tristeza para o País inteiro.

Só para fazer essa correção, de que o helicóptero foi alvejado e caiu. Era isso.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Já que o Deputado Romanelli é bastante liberal, dizer que já morrerem quatro com a queda do helicóptero e que, esse helicóptero que caiu ainda não era blindado e agora que a Secretaria de Segurança está prometendo comprar um helicóptero blindado.

E esperando que um dia o Paraná esteja devidamente equipado, para poder dar a segurança que todos os paranaenses estão em busca. É preciso equipar bem a Polícia, colocar um efetivo maior e pagar bem o policial. Era isso, Deputado Romanelli.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 509/09 e Projeto de Resolução n° 018/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 519 e 520/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 467, 521 e 538/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 500 e 537/09.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Por acordo com o Presidente da Assembleia, Deputado Nelson Justus, temos que incluir na 1ª Sessão de amanhã o veto ao projeto de lei do Deputado Alexandre Curi.

O SR. PRESIDENTE (**Durval Amaral**)

Respondendo à questão de ordem, já se encontra na proposição de veto.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 048/09 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei n° 135/09 de autoria do Deputado Jonas Guimarães. Relator Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei n° 327/09 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei n° 365/09 de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei n° 371/09 de autoria do Poder Executivo. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, secretário da comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) MARCELO RANGEL - Presidente

Segurança Pública

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Ademir Bier. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 552/09 de autoria do Deputado Chico Noroeste. Relator Deputado Professor Lemos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ADEMIR BIER - Presidente

